

UFRRJ

**INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

DISSERTAÇÃO

**A PARTICIPAÇÃO E A DEMOCRACIA NO PROCESSO DE
MUDANÇA DE ESFERA ADMINISTRATIVA DO ATUAL
CAMPUS PLANALTINA DO
INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA (2007 – 2009)**

ABIANA CAMPOS MENDES

2011



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

**A PARTICIPAÇÃO E A DEMOCRACIA NO PROCESSO MUDANÇA
DE ESFERA ADMINISTRATIVA DO ATUAL *CAMPUS* PLANALTINA
DO INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA (2007 – 2009)**

ABIANA CAMPOS MENDES

Sob a orientação da professora
Suemy Yukizaki

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-graduação em Educação Agrícola, área de concentração em Educação Agrícola.

Seropédica, RJ
Abril de 2011

371.2

M538p

T

Mendes, Abiana Campos, 1961-

A participação e a democracia no processo de mudança de esfera administrativa do atual Campus Planaltina do Instituto Federal de Brasília (2007-2009) / Abiana Campos Mendes - 2011.

66 f.: il.

Orientador: Suemy Yukizaki.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em Educação Agrícola.

Bibliografia: f. 47-50.

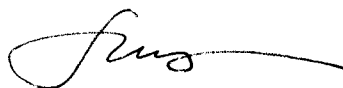
1. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (Campus Planaltina) - Pesquisa - Teses. 2. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (Campus Planaltina) - História - Teses. 3. Educação e Estado - Teses. 4. Democracia - Teses. 5. Participação social - Teses. I. Yukizaki, Suemy, 1952-. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Curso de Pós-Graduação em Educação Agrícola. III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

ABIANA CAMPOS MENDES

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 13/05/2011.



Suemy Yukizaki, Dra. UFRRJ



Marise Nogueira Ramos, Dra. PPFH/UERJ



Maria da Conceição Calmon Arruda, Dra. UFRRJ

Participação é Conquista.
Pedro Demo

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à memória da minha mãe querida que, com muita dedicação, soube educar seus quatro filhos com amor e com bons exemplos, e que continua sempre nos abençoando e nos protegendo, lá do Céu, onde ela está, com a Graça de Deus Pai.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu Deus, pela Sua infinita misericórdia.

Quero deixar aqui o meu muito obrigada:

à minha orientadora, Suemy Yukizaki, pela paciência inicial, pelo apoio e pelas pontuais observações;

aos membros da banca examinadora: Marise Nogueira Ramos, pela sua competência e simplicidade e pela sua extraordinária capacidade de escrever e de saber trabalhar em grupo com firmeza e carinho; e, Conceição Arruda, pela sua dinâmica e perspicácia reveladas nos seus trabalhos e pela sua extrema atenção.

à todos que compõem o PPGEA pela oportunidade de estudo e pelas amizades conquistadas;

aos meus colegas de IFB que se empenharam em contribuir com este trabalho, principalmente aos entrevistados; em especial à Ivone Moreyra, ao Hamilton Guedes, ao Vicente Virgulino, ao Walter Antonio Rodrigues, ao Venâncio Júnior, ao Davi L. Cruz e à Maria Eunides Araújo;

aos meus alunos do IFB, pelo carinho para comigo;

ao meu esposo Carlos, em nome do nosso amor e de nossa cumplicidade;

à minha família; em especial, ao meu pai Abinadab Arruda Campos e aos meus irmãos: Lili, Dindinha e Tota (como são afetuosamente chamados por mim); aos meus adorados sobrinhos: Natália, Arthur, Adriano, Anna Clara e Andrei – pela força e torcida para o meu sucesso; à minha tia Edinha; ao meu tio Dudu, sempre lembrado por mim (saudades!);

aos meus afilhados, todos tão queridos. Um beijo carinhoso para Nadine e para Varna Maria.

à Maria Leopoldina Brito, pela antiga amizade e por ter me apresentado o PPGEA;

à Lúcia Helena de Brito, em nome dos velhos tempos e pela sua indiscutível competência profissional;

à Célia Gedeon, colega do INEP, pelo incentivo e por sua alegria constante;

e, aos meus colegas de mestrado – Turma 2009 – I, pelo companheirismo e aprendizado.

RESUMO

MENDES, Abiana Campos. **A participação e a democracia no processo de mudança de esfera administrativa do atual *Campus Planaltina* do Instituto Federal de Brasília (2007 – 2009)**. 2011 66f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2011.

Este trabalho apresenta os resultados de uma pesquisa que teve como objetivo analisar o processo de transição quando da mudança de esfera administrativa no atual *Campus Planaltina*, do Instituto Federal de Brasília – IFB. Este foi o momento em que esta escola saiu da esfera administrativa do governo do Distrito Federal, onde esteve por mais de duas décadas, e voltou a pertencer à União, devido ao plano de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica/Ministério da Educação, ocorrido no governo do presidente Lula da Silva, a partir de 2005. Buscou-se verificar se houve acatamento à legislação vigente – a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no que se refere à gestão democrática da escola pública. A análise foi feita com base na confecção, pela comunidade acadêmica, dos documentos institucionais quais sejam: a Matriz Curricular do *Campus Planaltina*, o Estatuto e o Plano de Desenvolvimento Institucional do IFB. Educação, poder e participação foram temas em destaque devido ao seu interrelacionamento com a democracia. Os instrumentos de pesquisa utilizados foram entrevistas semiestruturadas realizadas com docentes, técnicos administrativos e discentes envolvidos no processo de transição. A partir da análise qualitativa dos dados comprovou-se que as ações consideradas antidemocráticas realizadas pela gestão do IFB, possam ter se dado pela dificuldade que ainda seja para um povo que viveu mais de vinte anos sob uma cruel ditadura militar agir democraticamente, quer seja dialogando com seus pares (participação) quer seja esclarecendo pontos que por motivos quaisquer necessitem de explicação (transparência), e/ou talvez porque nossa legislação ainda deixe brechas para que o poder de mando de alguns para obter qualquer benefício próprio se sobreponha à vontade da coletividade. A pesquisa mostrou a importância da luta por uma escola democrática, que une e reúne cidadãos em torno de princípios como justiça e igualdade, que contribuem para termos uma sociedade mais fraterna; mostrou também que esta luta deve continuar para que se consiga uma educação baseada em princípios éticos que possam nortear a conduta humana equilibradamente e com bom funcionamento social.

Palavras-chave: Ensino Técnico Agrícola. Gestão Democrática. Educação e Poder. Participação.

ABSTRACT

MENDES, Abiana Campos. **Participation and democracy in the process of changing the administrative level of the current Campus Planaltina - Federal Institute of Brasilia (2007 - 2009)**. 2011 66p. Dissertation (Master Science in Agricultural Education). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, seropédica, RJ. 2011.

This paper presents the results of a survey that aimed to analyze the transition process when change the administrative level in the current Campus Planaltina/Federal Institute of Brasilia - IFB. This was the time when that school came out of the administrative government of the Federal District, where he spent more than two decades, and returned to the Union, because of the expansion plan of the Federal Network of Professional and Technical Education - Office of Professional Education and Technology / Ministry of Education, held in the government of President Lula da Silva, from 2005. We sought to determine whether there was compliance with current legislation - the Federal Constitution and the Law of Directives and Bases of National Education, with regard to democratic management of public schools. The analysis was based on cooking by the academic community, of institutional documents namely: Curriculum of the Campus Planaltina, the Statute and Institutional Development Plan of the IFB. Education, power and participation issues were highlighted because of its interrelationship with democracy. The research instruments used were structured interviews conducted with teachers, technicians and students involved in the transition process. From the qualitative data analysis proved that the considered undemocratic actions taken by management of the IFB, may have been given the difficulty that still is to a people who lived more than twenty years under a ruthless military dictatorship act democratically, whether talking with peers (participation) stating whether any points for reasons that require explanation (transparency), and / or perhaps because our laws still leave gaps for the power to send some to obtain any personal benefit to override the will of the collective . The research showed the importance of the struggle for a democratic school, which brings together and unites people around principles such as justice and equality, which contribute to have a more fraternal society, showed that this fight must continue so as to achieve an education based on ethical principles that can guide human conduct and balanced with good social functioning.

Key words: Agricultural Technical Education. Dmanagement. Education and Power. Participation

LISTA DE SIGLAS

ArPDF – Arquivo Público do Distrito Federal

BsB – Brasília

CAB – Colégio Agrícola de Brasília

CAESB – Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal

CEFET GO - Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás

CEFET SP - Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo

CEB/CNE – Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação

CEP/CAB – Centro de Educação Profissional/Colégio Agrícola de Brasília

CF – Constituição Federal

CFE – Conselho Federal de Educação

CISTA – Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Servidores Técnicos
Administrativos

CPPD – Comissão Permanente de Pessoal

COAGRI – Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário

CONTAP – Conselho de Cooperação Técnica da Aliança para o Progresso

CPLA – *Campus* Planaltina do IFB

CTED – Curso Técnico de Economia Doméstica

DePHA-DF – Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal

DER – Departamento de Estradas e Rodagens

DF – Distrito Federal

DODF – Diário Oficial do Distrito Federal

DOU – Diário Oficial da União

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

ETF – Escola Técnica Federal

ETF/BsB - Escola Técnica Federal de Brasília

FEDF – Fundação Educacional do Distrito Federal

FGV – Fundação Getúlio Vargas

GDF – Governo do Distrito Federal

IF – Institutos Federais

IFB – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MEC – Ministério da Educação

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

PROEP – Programa de Expansão da Educação Profissional

PROESP-GDF – Programa de Apoio à Educação Especial do GDF

PROFIR - Programa de Financiamento Rural

Provárzeas - Programa para melhor aproveitamento das áreas de várzea;

RA – Região (ões) Administrativa(s)

RFEPT – Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica

RIDE – Rede Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno

SEAV – Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário

SEE-DF – Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal

SEMTEC – Secretaria de Educação Média e Tecnológica

SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

UAP – Unidade Agrotécnica de Planaltina

UnB – Universidade de Brasília

UPIS – União Pioneira de Integração Social – Faculdades Integradas

UnED – Unidade de Ensino Descentralizada

USAID – United States Agency for International Development

LISTAS DE FIGURAS

Figura 1 O Distrito Federal e suas Regiões Administrativas	5
Figura 2 Igreja de São Sebastião, em Planaltina-DF, em 25 dez 2009.....	6
Figura 3 Missão Cruls.....	7
Figura 4 Pedra Fundamental / Obelisco, em 20 dez 2009	7
Figura 5 Obelisco - detalhe, em 20 dez 2009.....	8
Figura 6 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília – <i>Campus</i> Planaltina, em 04/03/2010.....	11
Figura 7 Jornal de Brasília, edição de 06/05/1982.	12
Figura 8 Sala dos Professores Foto: Luci Vitória.....	15

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1 Apresentação do Cenário da Pesquisa.....	1
2 Abordagem metodológica.....	1
1 CAPÍTULO 1 - BREVE HISTÓRICO E CARACTERIZAÇÃO DO CAMPUS PLANALTINA DO INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA	4
1.1 Sobre o Distrito Federal.....	4
1.2 Sobre Planaltina – DF.....	5
1.3 O <i>Campus</i> Planaltina do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília.....	10
2 CAPÍTULO 2 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	17
2.1 Gestão Democrática da Escola Pública	17
2.2 Educação e Poder	19
2.3 Participação	20
3 CAPÍTULO 3 - ANÁLISE DO PROCESSO DE MUDANÇA DE ESFERA ADMINISTRATIVA DO ATUAL CAMPUS PLANALTINA DO INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA (2007-2009).....	22
3.1 Universo Entrevistado	22
3.2 Um olhar sobre o modelo de gestão anterior ao período de transição.....	23
3.3 O período de Transição.....	26
3.3.1 A (re)construção das Matrizes Curriculares, a elaboração do Estatuto e do Plano de Desenvolvimento Institucional	36
3.3.1.1 A (re)construção das Matrizes Curriculares.....	36
3.3.1.2 A elaboração do estatuto.....	38
3.3.1.3 A elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI	39
3.4 A questão da participação e a democracia	42
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	47
6 ANEXOS	51
Anexo A.....	52
Anexo B.....	53
Anexo C.....	54
Anexo D.....	55
Anexo E.....	58
Anexo F.....	63
Anexo G.....	64
Anexo H.....	65
Anexo I.....	66

INTRODUÇÃO

1 Apresentação do Cenário da Pesquisa

A Constituição da República Federativa do Brasil - CF, promulgada em 1988, destaca em seu artigo 206: *O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: (...)VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;(...).*

Esta CF promove a abertura para que uma nova lei de diretrizes e bases da educação nacional pudesse entrar em vigor. Assim, em 20 de dezembro de 1996, após um longo período de discussões e tentativas de atos democráticos por parte da sociedade civil organizada, a Lei nº 9.394 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB é decretada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente da República.

No seu artigo 3º (Título II - Dos Princípios e Fins da Educação Nacional) a LDB aponta os princípios nos quais o ensino deve ser ministrado. Dentre estes, destacamos o inciso VIII: *gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino.*

Com base na legislação brasileira vigente, o presente trabalho apresenta o resultado de uma pesquisa realizada no *Campus Planaltina - CPLA*, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília – IFB, que envolveu servidores da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica – RFEPT, servidores da Secretaria Estadual de Educação do Distrito Federal - SEE-DF e estudantes matriculados no CPLA, de julho de 2007 a julho de 2009.

Na condição de membro do grupo responsável pela normatização da então recém criada Escola Técnica Federal de Brasília (ETF/BsB) - no período de janeiro a julho de 2008, a situação desta escola que já nascia com uma unidade de ensino de quase cinquenta anos nos chamou atenção. Estudar esse processo efervescente de unir “velho” com “novo” nos fez refletir e decidir que num futuro próximo esse assunto merecia um estudo mais aprofundado.

O objetivo desta pesquisa foi o de investigar como as determinações da CF e da LDB foram aplicadas no período em que esta instituição de ensino sofre mudança de esfera administrativa, ocorrida em 2007, voltando a pertencer ao quadro de escolas da RFEPT, depois permanecer por vinte e nove anos sob o comando da SEE-DF, quando foi transferida da União para o Governo do Distrito Federal – GDF, em 1978, em pleno regime militar. Nosso recorte temporal vai até julho de 2009, quando, ao nosso ver, o período de transição é consolidado.

Avaliamos a questão da participação da comunidade acadêmica na gestão escolar e examinamos como a gestão do IFB se posicionou frente a ela, analisando as estratégias adotadas para a reconstrução e/ou construção das Matrizes Curriculares do CPLA, e dos Estatuto e Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI do IFB, tudo isso perpassado pela questão do poder e suas nuances, verificando sempre dentro do bojo da análise, a questão da participação como ferramenta primordial para uma gestão democrática/participativa.

2 Abordagem metodológica

Procuramos investigar se as ações da gestão durante o período de transição de esfera administrativa do CPLA obedeceu às bases legais supracitadas de modo a garantir participação efetiva da comunidade acadêmica no processo de criação de uma escola que seria reincorporada à RFEPT, como *Campus* de um Instituto Federal¹.

¹ Projeto de Expansão das Rede Federal, do Ministério da Educação - MEC

Assim, adotamos uma metodologia baseada no estudo de textos de teóricos diversos, documentos legais, realização de entrevistas semi-estruturadas; realizamos uma análise qualitativa dos dados pois, esta “privilegia a análise de microprocessos, através do estudo das ações sociais individuais e grupais, realizando um exame intensivo dos dados” (MARTINS, 2004, p. 289). Diante disso, fizemos uma discussão sobre as respostas dadas pelos entrevistados.

Nosso caminho metodológico pautou-se em apresentar os significados de três proposições relacionadas ao tema da gestão democrática - 1.gestão democrática da escola pública, 2.educação e poder e 3. participação - de onde desenvolvemos nossa argumentação. Esses temas foram analisados após termos usado a definição de Democracia dada por Bobbio (2009): “por Democracia foi-se entendendo um método ou um conjunto de regras de procedimento para a constituição de Governo e para a formação das decisões políticas (ou seja, decisões que abrangem a toda a comunidade) mais do que uma determinada ideologia” (p.326).

Cientes de que o princípio constitucional da gestão democrática da escola pública demonstra estratégias legais de participação dos profissionais da educação na elaboração, por exemplo, de suas normas específicas, observamos que estas estratégias são tidas como condições favoráveis para alcançarem uma gestão democrática. A participação, associada à formação de qualidade, vai possibilitar o exercício da cidadania, donde se conclui que o cerne da participação é a educação; esta deve ser sempre colocada a serviço de novas finalidades para poder construir um futuro mais comprometido com toda a humanidade. (FERREIRA, 2000).

(...) a gestão democrática da educação para uma formação humana necessita revalorizar o conhecimento-emancipação (...) que significa transformar a solidariedade em saber-poder hegemônico. É a revalorização da solidariedade como forma de saber. (FERREIRA, 2000, p. 172).

Envolvendo essa perspectiva, analisamos a questão do poder, pois, sabemos que devido à tendência histórica para a dominação, a sociedade se organiza por meio de hierarquias polarizadas: “predominando a postura de cima para baixo”. (DEMO, 2009).

Dessa forma,

Quem acredita em participação, estabelece uma disputa com o poder. Trata-se de reduzir a repressão e não de montar a quimera de um mundo naturalmente participativo. Assim, para realizar participação é preciso encarar o poder de frente, partir dele, e então, abrir os espaços de participação, numa construção arduamente levantada, centímetro por centímetro, para que também não se recue nenhum centímetro. (DEMO, 2009, p.20).

Objetivando situar o leitor no contexto histórico local, no primeiro capítulo deste trabalho, expusemos uma breve apresentação do Distrito Federal - DF e sua organização administrativa, com destaque para Planaltina-DF, local onde está inserido o *Campus* do IFB em estudo. Em seguida, apresentamos esta unidade de ensino, desde sua criação, em 1959, passando pela sua transferência de escola federal para uma escola pertencente ao governo do Distrito Federal e, sua volta à esfera administrativa da União, em 2007.

No segundo capítulo, nós nos referimos à fundamentação teórica. Nele, limitamo-nos a apresentar os conceitos teóricos mais relevantes que foram necessários ao desenvolvimento deste trabalho, utilizados para fundamentar os resultados da pesquisa.

Apresentamos a definição de Democracia dada por Bobbio (2009) e a partir daí desenvolvemos os conceitos e visões gerais sobre gestão democrática da escola pública, educação e poder e participação.

No terceiro capítulo, tratamos dos resultados das entrevistas, discutindo-as com base na nossa fundamentação teórica.

Vale aqui ressaltar que fez-se necessário um estudo retrospectivo acerca da gestão que antecedeu àquela do período de transição, pois, fatos acontecidos registraram o modelo de gestão aplicado pela SEE-DF que influenciaram, de uma forma ou de outra, algumas atitudes de seus atores durante o período delimitado para esta pesquisa. Também avançamos um pouco além do nosso recorte temporal, para mostrar como foram concluídas algumas ações que foram iniciadas durante a fase julho/2007 - julho/2009.

A (re)construção das matrizes curriculares do CPLA e a construção do Estatuto e do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI foram os pilares utilizados nesta pesquisa para a análise do modelo de gestão adotado pelos dirigentes da escola. Baseados nos moldes de como esses documentos foram confeccionados, direcionamos nossas questões durante as entrevistas.

Analizamos, por fim, a questão da participação numa perspectiva de revelar a importância que ela teria se fosse caracterizada como “uma força de atuação consistente pela qual os membros da escola [reconhecessem] e [assumissem] seu poder de exercer influência (...)” (LÜCK, 2000).

Em nossas considerações finais, resumimos as questões mais relevantes que foram analisadas ao longo deste trabalho, fundamentadas nas reflexões teóricas de autores citados.

Por fim, constatamos que não encontramos espaços para diálogos nos quais seus membros reconhecessem e assumissem seu poder de exercer influência nos resultados das ações que pudessem unificar os objetivos da comunidade acadêmica.

1 CAPÍTULO 1 - BREVE HISTÓRICO E CARACTERIZAÇÃO DO CAMPUS PLANALTINA DO INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA

1.1 Sobre o Distrito Federal

A Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, que dispõe sobre a organização administrativa do Distrito Federal, é considerada como o marco importante da sua regionalização administrativa uma vez que citou as “cidades satélites” em seu artigo 4º: *Ao Distrito Federal, no desempenho da missão de promover o bem comum, incumbe: a) zelar pela cidade de Brasília, pelas cidades satélites e comunidades (...).*

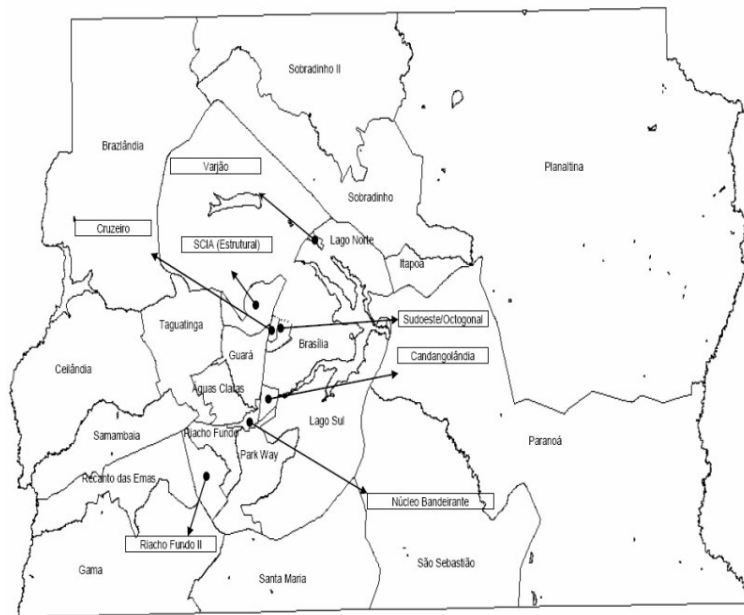
Vale ressaltar que o termo “cidade satélite” somente foi utilizado oficialmente até 1964. Essas localidades, a partir de então, denominam-se Regiões Administrativas do Distrito Federal. Assim, o Distrito Federal subdivide-se em Regiões Administrativas estabelecidas por meio da Lei nº 4.545/64 quando da criação das referidas regiões.²

As Regiões Administrativas são áreas que pertencem ao território do Distrito Federal cujos limites definem a jurisdição da ação governamental para fins de descentralização administrativa. Servem também para coordenar os serviços públicos de natureza local.

O Distrito Federal subdivide-se em 30 (trinta) regiões administrativas (RA)³, assim registradas pelo Governo do Distrito Federal – GDF: RA I – Brasília, RA II – Gama, RA III – Taguatinga, RA IV – Brazlândia, RA V – Sobradinho, RA VI – Planaltina, RA VII – Paranoá, RA VIII – Núcleo Bandeirante, RA IX – Ceilândia, RA X – Guará, RA XI – Cruzeiro, RA XII – Samambaia, RA XIII – Santa Maria, RA XIV – São Sebastião, RA XV – Recanto das Emas, RA XVI – Lago Sul, RA XVII – Riacho Fundo, RA XVIII – Lago Norte, RA XIX – Candangolândia, RA XX – Águas Claras, RA XXI – Riacho Fundo II, RA XXII – Sudoeste-Octogonal, RA XXIII – Varjão, RA XXIV – Park Way, RA XXV – Setor Complementar de Indústria e Abastecimento, RA XXVI – Sobradinho II, RA XXVII – Jardim Botânico, RA XXVIII – Itapoã, RA XXIX – Setor de Indústria e Abastecimento e RA XXX – Vicente Pires.

² Foi o Decreto nº 456, de 21 de outubro de 1965, que regulamentou o sistema de Administração Regional e estabeleceu sua numeração. Assim, as RA de I a VIII estão regulamentadas por este decreto. Quando novas RA vão nascendo, novas normas são publicadas. Por exemplo: a Lei nº 3.153, de 6 de maio de 2003, criou mais quatro RA (RA XX- Águas Claras, RA XXI- Riacho Fundo II, RA XXII- Sudoeste-Octogonal e RA XXIII- Varjão).

³ Devido ao costume dos candangos (denominação dada aos primeiros habitantes de Brasília), Brasília ainda hoje é conhecida como Plano Piloto e as RA são conhecidas como cidades-satélites. A RA I - Plano Piloto foi alterada para RA I Brasília por meio da Lei nº 49, de 25 de outubro de 1989, artigo 9º. Porém, a Lei nº 1.648, de 16 de setembro de 1997, promulgada pelo então presidente da Câmara Legislativa do DF, reza em seu artigo 1º: A Região Administrativa I – Brasília, passa a denominar-se Plano Piloto (Este projeto de mudança havia sido vetado pelo então Governador do DF). Apesar disso, a Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, que aprova a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal – PDOT, denomina a RA I de Brasília, e não de Plano Piloto.



O mapa ainda não mostra as RA's XXVII, XVIII, XXIX e XXX.

***O último mapa oficial contendo as RA's data de 2003. Desde de então 11 RA's foram criadas, não possuindo elas ainda demarcação oficial*

Figura 1 O Distrito Federal e suas Regiões Administrativas

In, [<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1069723>], acesso em 6 nov 2010.

O Distrito Federal possui uma população de 2.469.489 habitantes - dados do IBGE/2010, tendo como área territorial total 5.801,937 km², o que representa em termos de densidade populacional aproximadamente 425,6 hab/km².

1.2 Sobre Planaltina – DF

Planaltina era denominada Povoado de Mestre d'Armas e há registro de sua existência em 1778 “no Diário de viagem do quinto governador e capitão general da Capitania das Minas de Goiás” (...), sem no entanto indicá-lo como povoado.(ArPDF, 1999).

Segundo o autor Mário Castro, a fundação do povoado teria se dado por volta de 1811, tendo sido denominado Mestre d'Armas em alusão a um habilidoso armeiro (descendente de Bandeirantes⁴) que morava na região. O documento mais antigo que se refere a Mestre d'Armas encontrado nos arquivos da Câmara Municipal de Luziânia data de 1812 (PLANALTINA: 1859-1983, p.1) (...). (ArPDF, 1999).

Inserido no contexto socioeconômico do Brasil pós-mineração, o Povoado Mestre d'Armas teve sua economia baseada na agricultura e na pecuária para fazer jus ao instituto jurídico de Portugal que normatizava a distribuição de terras para estimular sua produção - as

⁴ Os Bandeirantes eram aqueles que, no princípio da colonização do Brasil, foram contratados pelos colonizadores com o objetivo de lutar com indígenas rebeldes e escravos que fugiam de seus donos. Estes homens, que saíam de São Paulo e de São Vicente, iam para o interior do Brasil, sempre caminhando pelas florestas ou seguindo o rumo dos rios. Estas explorações territoriais eram chamadas de Entradas (expedições oficiais) ou então de Bandeiras (financiadas por particulares). Tais expedições objetivavam capturar os índios e procurar pedras e metais preciosos. Entretanto, estes homens ficaram conhecidos como os responsáveis pela conquista de grande parte do território brasileiro.

sesmarias⁵. As sesmarias eram doadas pela Coroa Portuguesa e também por alguns donos de Capitânicas, objetivando incentivar a formação de povoados. Mestre d'Armas era composto por sete sesmarias, que abrigavam cerca de duzentas famílias, no ano de 1810.(DePHA-DF,1998).

Em 1811, uma epidemia de cólera⁶ assolou o nordeste e o centro-oeste do Brasil. Os fazendeiros de Mestre d'Armas, tendo São Sebastião como devoto, prometeram doar terras para a construção de uma capela, em troca da saúde dos seus moradores. “As terras doadas extrapolaram os limites da área em que foi construída a igreja, podendo-se identificar até duzentos hectares de terra. O núcleo urbano passa a estruturar-se a partir da construção da Igreja de São Sebastião.” (DePHA-DF,1998).



Figura 2 Igreja de São Sebastião, em Planaltina-DF, em 25 dez 2009.

Mestre d'Armas foi fundado oficialmente dia 19 de agosto de 1859⁷ quando da elevação de povoado a Distrito do município de Formosa, limitando-se do rio Maranhão até o córrego Vicente Pires, no sentido norte-sul.

Em 1891, o Distrito Mestre d'Armas foi elevado à categoria de Município sendo os primeiros registros oficiais datados de 1892 com a visita da comissão responsável pela demarcação da área onde seria instalada a nova capital do Brasil – a Missão Cruls.

A Comissão Cruls utilizou a cidade de Planaltina como ponto de apoio para suas pesquisas durante dois anos, hospedando-se no edifício que hoje abriga o Museu Histórico de Planaltina. A incumbência de registro das localidades em torno das quais se poderia fixar a nova capital conduziu à produção de bases cartográficas das cidades de Luziânia, Planaltina e Brazlândia. (DePHA-DF, 1998).

⁵ Sesmaria – Lote de terra inulto ou abandonado, que os reis de Portugal cediam a sesmeiros que se dispusessem a cultivá-lo. (FERREIRA, 1986). A carta enviada pelo rei de Portugal, Dom João III, em 20 de novembro de 1530, concedendo jurisdição a Martim Afonso de Souza sobre todos os integrantes de sua armada e todos os habitantes do Brasil, é considerada o primeiro documento de sesmaria no Brasil.

⁶ Dado da Sociedade Brasileira de Medicina. In [<http://www.sbhm.org.br>], acesso em 23 dez 2009.

⁷ É nessa data que se comemora o aniversário da cidade de Planaltina (Lei nº 3 da Assembléia Provincial de Goiás: criação do Distrito de Mestre d'Armas).



Figura 3 Missão Cruls

Foto: Arquivo Público do DF

In, [<http://www.pirenopolis.tur.br/comissao-cruls>], acesso em 6 nov 2010.

Em 1910 - ou em 1914 (não se tem o registro exato), o município de Mestre d'Armas passou a chamar-se Altamir, por causa de sua bela paisagem vista do alto; em 14 de julho de 1917 passa a denominar-se Planaltina, por meio do Decreto nº 451.

Na década de 20, Planaltina se desenvolve economicamente devido à instalação de uma empresa de curtume, de uma fábrica de calçados, de uma usina hidrelétrica e uma estrada de rodagem que interligava Planaltina a Ipameri-GO. Planaltina destacou-se no cenário nacional no ano do centenário da independência do Brasil, quando, entre muitas comemorações, houve o lançamento da Pedra Fundamental, assentada no Morro do Centenário, Serra da Independência.



Figura 4 Pedra Fundamental / Obelisco, em 20 dez 2009



Figura 5 Obelisco - detalhe, em 20 dez 2009

Descrição: *Sendo Presidente da República o Senhor Doutor Epiácio da Silva Pessoa, em cumprimento ao dispositivo do Decreto nº 4.494, de 18 de janeiro de 1922, foi aqui colocada, em 7 de setembro de 1922, ao meio dia, a pedra fundamental da futura Capital Federal dos Estados Unidos do Brasil.*

Vale ressaltar que o relatório da Comissão Poli Coelho⁸ indicava a mesma localização para a capital sugerida pela Missão Cruls e, em 1955, o Marechal José Pessoa - então chefe da Comissão de Localização da Nova Capital Federal, no Governo Café Filho - delimitava definitivamente o sítio da nova capital que seria localizada a vinte e cinco quilômetros a sudoeste de Planaltina. O chefe da Comissão também definia o perímetro do futuro Distrito Federal: uma área que compreenderia, aproximadamente, 5.850 km².

O prefeito municipal, Venusiano Antonio da Silva, assinou, em janeiro de 1956, em favor da União, uma escritura de reversão de direitos sobre terras de propriedade do município de Planaltina existente na área demarcada para a futura capital federal.” (ArPDF,1999).

Eleito presidente em 1956, Juscelino Kubitschek põe em prática sua meta síntese: construir a nova capital federal, Brasília, no sítio demarcado pelo Marechal José Pessoa. (KUBITSCHKEK, 2000).

Demarcada a área para a construção de Brasília, Planaltina teve seu território dividido em duas partes: a sede ficou dentro da área do Distrito Federal e a outra parte passou a se chamar Planaltina de Goiás ou Brasilinha, em Goiás. Assim foi que Planaltina-GO tornou-se Planaltina-DF em 1964 quando da fundação das regiões administrativas do Distrito Federal. Planaltina é também uma das regiões pertencentes a chamada Rede Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE-DF) que é constituída do Distrito Federal, de dezenove municípios do Estado de Goiás e de três municípios do Estado de Minas

⁸ Na década de 40, sob o Governo Eurico Dutra, a Comissão Poli Coelho, chefiada pelo General Djalma Poli Coelho, Diretor do Serviço Geográfico do Exército e Presidente da Comissão de Estudos para a localização da Nova Capital do Brasil, apresentou relatório que buscava demonstrar que o Planalto Central possuía excelentes qualidades geográficas para a instalação do novo centro administrativo e político do país. (KUBITSCHKEK, 2000).

Gerais⁹. Em assim sendo, Planaltina perde sua condição de município e passa a ser uma Região Administrativa do Distrito Federal.

A partir de 1966, Planaltina sofre alterações periódicas com a implantação de loteamentos para receberem pessoas que não podiam se fixar no Plano Piloto (invasões e população de baixa renda de várias partes do país), tais como: Vila Vicentina, Setor Residencial Leste (Vila Buritis I, II e III), Setor Residencial Norte A (Jardim Roriz) e ampliação do Setor Tradicional. Com as transformações ocorridas com a vinda da Capital, luz elétrica, água encanada, telefone, transporte, modismos e novas crenças, sua população foi atraída pelo novo, deixando no esquecimento suas raízes pelos migrantes que chegavam de toda parte do país. A perda da identidade cultural criou, com o passar do tempo, a necessidade da retomada das tradições, por parte dos antigos moradores, culminando com a criação do Museu Histórico e Artístico de Planaltina, em 24 de abril de 1974, situado na casa mais antiga de Planaltina¹⁰, que fica na Praça Salviano Monteiro Guimarães. A

⁹ Os dezenove municípios de Goiás que fazem parte da RIDE-DF são: Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cabeceiras, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Mimoso de Goiás, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, Valparaíso de Goiás e Vila Boa. Os três municípios de Minas Gerais que fazem parte da RIDE-DF são: Unaí, Buritis e Cabeceira Grande. In[<http://www.mi.gov.br/programas/desenvolvimentodocentrooeste/ride/index.asp>]

¹⁰ Esta “casa que abriga o Museu Histórico e Artístico de Planaltina foi construída entre os séculos XIX e XX por Afonso Coelho da Silva Campos. Os primeiros moradores da casa foram Salviano Monteiro Guimarães, sua esposa Olívia e seus oito filhos: Gabriel, Francisco, Hosannah, Sebastião, Maria América, Gabriela, Salviano e Dulce. No tempo do Coronel Salviano, a casa era uma das residências mais confortáveis da cidade, com água encanada, luz e telefone. Tornou-se o símbolo da influência de Salviano na região e ponto de referência para a recepção e hospedagem de autoridades, o trato de negócios, comemorações e festividades diversas. Após o falecimento de Salviano e Olívia, a casa foi herdada e passou a ser a residência de sua filha Maria América, seu irmão Francisco e seus filhos, Stella dos Querubins, Olivia Terezinha, Salviano Neto, Maria Dione, Dinalva, Marilda e Maria Helena. No final de sua vida, Maria América transferiu a casa ao Governo do Distrito Federal, para que nela fosse implantado o Museu Histórico e Artístico de Planaltina, para ser o depositário, guardião e propagador da história do Planalto e da cidade de Planaltina. O Coronel Salviano era dono de terras onde hoje estão instalados o Centro de Educação Técnica – ex-Colégio Agrícola*, o Vale do Amanhecer, o Morro do Centenário. (...). A Câmara da cidade reconheceu, em 1930, a importância do Coronel Salviano Monteiro Guimarães prestando-lhe a singela homenagem de dar seu nome à Praça que fica em frente a esta casa, que habitou. Historicamente, a casa marca a passagem dos membros da Comissão do General Djalma Poli Coelho e da Comissão do Marechal José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, que transitaram por Planaltina (...). Os proprietários desta casa sempre foram pessoas extremamente religiosas e devotas. Dona Olívia, mulher de muita fé, pelo restabelecimento da saúde de sua filha Dulce, mandou erguer uma capela no ponto mais alto de Planaltina, com a imagem de Nossa Senhora de Fátima. A partir daí o local passou a ser chamado Morro da Capelinha, dando início às romarias em louvor à Santa. Anos mais tarde, a pedido de Dulce, foi aberta uma estrada no Morro para celebrar, em oração, as estações da Via Sacra, para onde, posteriormente, foi transferido o espetáculo Via Sacra Ao Vivo de Planaltina. Em 1935, o senhor Francisco Mundim Guimarães, esposo de Dona América, dono da casa, festeiro-mor, intitulado Imperador, retomou a Folia de Rua da Festa do Divino de Planaltina, dando prosseguimento a uma das mais importantes festas de cunho religioso da cidade. A família Guimarães conquistou forte representatividade política, social e religiosa em Planaltina e seus arredores, desde que por aqui se instalou.(...) Como defensores da interiorização da capital do Brasil e colaboradores nesse processo, aceitaram, amigavelmente, a desapropriação de suas terras para que nelas fosse erguida a nova cidade – Brasília (...). Fonte: Panfleto da Exposição Casa Histórica de Planaltina, de 12/12/2009 a 13/06/2010, no Museu Histórico e Artístico de Planaltina-DF.

*Verifica-se que em 2009, o IFB-Campus Planaltina ainda não tem sua denominação atualizada pela comunidade.

casa foi doada por seus antigos moradores, o casal Maria América Guimarães e Francisco Mundim Guimarães, onde seria preservada e revivida toda a essência da cultura goiana planaltinense.

(Em, <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=938424>).

A criação do Museu Histórico e Artístico de Planaltina (ANEXO A) traz consigo a vontade de preservar a herança goiana: suas tradições e seus costumes. A partir de então, a religiosidade e a cultura passam a fazer parte da vida dos moradores de Planaltina. Os anos 80 e 90 são marcados pelo ensino das tradições religiosas e culturais no currículo escolar. Assim, todos os moradores de Planaltina se envolvem ativamente nas festas religiosas de maior tradição, que acontecem anualmente, a saber: a “Paixão de Cristo” e a “Festa do Divino Espírito Santo”.

Na virada do século XX para o século XXI, Planaltina apresenta atrações turísticas variadas, entre as quais destacam-se: Pedra Fundamental, Estação Ecológica Águas Emendadas, Parque Ecológico e Vivencial do Retirinho, Parque Ecológico Vale do Amanhecer, Parque Ecológico e Vivencial Estância, Parque Ecológico e Vivencial Cachoeira do Pipiripau, Parque Recreativo Sucupira, Parque Ecológico e Vivencial da Lagoa Joaquim de Medeiros, Parque Ecológico dos Pequizeiros, Parque Ecológico do DER, Parque Ambiental do Instituto Federal de Brasília – *Campus* Planaltina.

Todas as escolas de Planaltina, incluindo o atual *Campus* do IFB, realizam atividades educacionais durante as festas religiosas e também nas áreas turísticas.

Atualmente, sua área de jurisdição é de 1.534.069 km², dos quais cerca de 70% é rural. Vale destacar que na fazenda Sálvia, que possui uma área de 10.890 hectares, está localizado o atual *Campus* Planaltina - IFB e que toda sua área foi transformada em Parque Ambiental (Lei Complementar nº 630, de 29 de julho de 2002).

A região de Planaltina possui uma rede hidrográfica muito significativa para o Distrito Federal, malha viária, rede elétrica, escolas rurais, telefonia rural, setor de comercialização agrícola. Entre outras empresas há uma unidade da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA; uma unidade da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal – EMATER-DF; um *Campus* da Universidade de Brasília – UnB e um *Campus* da União Pioneira de Integração Social – UPIS/Faculdades Integradas.

Recentemente, no seu setor de Agroindústria, destacam-se a viabilização do Programa Biodiesel, em parceria com a empresa Brasil Ecodiesel; e a implantação da Indústria de Beneficiamento da Casca de Coco, em parceria com a Coopercoco¹¹

Assim, Planaltina cresce, desenvolve sua estrutura urbana, mas não perde sua característica econômica essencial: a agricultura. Suas principais atividades agropecuárias estão ligadas à produção de grãos, horticultura, fruticultura, produção de frango de corte, suinocultura, ovinocultura e laticínios.

1.3 O *Campus* Planaltina do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

O atual *Campus* Planaltina do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília – IFB/CPLA encontra-se localizado no centro da RIDE-DF, noroeste de Planaltina-DF. Possui uma área de 2.231,3896 hectares, a uma altitude de 950 a 1.150 metros acima do nível do mar, coberta por uma vegetação de cerrado. Criado como Escola Agrotécnica de Brasília em 1959, e inaugurado em 21 de abril de 1962, era subordinado à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura (SEAV).

¹¹ Dados do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI/IFB



Figura 6 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília – *Campus Planaltina*, em 04/03/2010

O primeiro registro de funcionamento desta instituição de ensino dá-se por meio de um curso oferecido para treinamento de tratoristas, como dependência administrativa da SEAV. A primeira turma teve início em 12 de junho de 1961 e término em 28 de outubro do mesmo ano.

Em 1962, inicia-se o funcionamento do setor administrativo da então denominada Escola Agrotécnica de Brasília. Em 1963, a escola passa a oferecer os seguintes cursos: i) Curso Ginásial Agrícola; ii) Curso Colegial Agrícola¹² (este, com especialização em Agropecuária, tinha duração de três anos, funcionando em regime de internato. As aulas práticas eram ministradas pela manhã; as aulas teóricas, à tarde); e iii) Didática do Ensino Agrícola que funcionava no Rio de Janeiro por meio de um convênio entre a SEAV e a Fundação Getúlio Vargas - FGV. Este curso foi transferido para Brasília em 1969, funcionando na Escola Agrotécnica de Brasília.

Em cumprimento à Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961- LDB) as Escolas de Iniciação Agrícola e Agrotécnica tiveram suas denominações alteradas para Ginásios Agrícolas e Colégios Agrícolas, por meio do Decreto nº 53.558, de 13/02/1964. Assim, mudou-se a denominação da Escola Agrotécnica de Brasília para Colégio Agrícola de Brasília - CAB. Por esse mesmo Decreto ficou estabelecida a integração da Escola de Didática do Ensino Agrícola ao Colégio Agrícola de Brasília, permitindo que este funcionasse como Colégio de Aplicação.

Em 19 de maio de 1967, por meio do Decreto nº 60.731, foi determinada a subordinação das Escolas Agrícolas do Ministério da Agricultura ao Ministério da Educação e Cultura – MEC.

O MEC instaura a Diretoria do Ensino Agrícola e, em seguida, firma convênio com a United States Agency for International Development - USAID¹³ (1967, Projeto nº 512.620.094.5) coordenado pelo Conselho de Cooperação Técnica da Aliança para o

¹² O Curso Ginásial corresponde hoje ao ensino fundamental e o Curso Colegial, ao ensino médio.

¹³ Desde 1964 o Brasil vivia sob o regime militar, desencadeado em 31 de março de 1964, que depôs o presidente João Goulart. Este golpe transferiu o poder político aos militares e instaurou um período de mais de 20 anos de ditadura no Brasil (de 1964 a 1985). Os Acordos MEC-USAID objetivavam “modernizar” o sistema educacional brasileiro. Para a implantação do programa, o acordo obrigava ao Brasil assessoria americana, o ensino de língua inglesa obrigatório, e retirou do currículo disciplinas como Filosofia e Latim. As organizações estudantis foram contra, mas foram duramente reprimidas pela ditadura militar.

Progresso – CONTAP II. Um de seus objetivos era educação e treinamento vocacional rural. Assim, foi implantado o sistema Escola-Fazenda no Colégio Agrícola.

Em 1969 iniciou-se no Colégio o chamado ano agrícola. Devido à época de plantio e de colheita, o ano letivo iniciou-se em julho de 1969 e encerrou-se em julho de 1970. Dessa forma, o aluno ingressou na escola no início do preparo da terra e terminou o ano com a colheita. A gestão escolar (diretoria/coordenação) acreditava que, dessa forma, o aluno tinha uma visão cronológica das atividades.

Em março de 1975, a Escola de Economia Rural de Brasília, com sede em Brasília, Via L-2 Sul, foi transferida para o Colégio Agrícola de Brasília transformada em Curso Técnico de Economia Doméstica - CTED, por meio da Portaria Ministerial nº 389, de 22 de junho de 1976. Este curso de Economia Doméstica passou, então, a integrar as habilitações profissionais de 2º grau do Colégio Agrícola de Brasília, mas foi extinto em 2000.

Aqui, vale ressaltar que a gestão escolar decreta o fim do ano agrícola. Os motivos são de ordem didática em relação aos outros estabelecimentos de ensino: o aluno que quisesse ingressar na escola teria que parar um semestre e esperar que as aulas do CAB começassem. Isso gerou protesto por parte de pais e/ou responsáveis de futuros alunos.

Pelo Decreto nº 82.711, de 23 de novembro de 1978, o Colégio Agrícola de Brasília foi transferido para o Governo do Distrito Federal (DOU de 24/11/1978) por força do Convênio nº 01/78-FEDF, celebrado entre a Fundação Educacional do Distrito Federal – FEDF e a Coordenação Nacional de Ensino Agropecuário - COAGRI do Ministério da Educação e Cultura.

Os imóveis utilizados pelo CAB foram cedidos gratuitamente ao Distrito Federal, para uso da FEDF.

Pelo Decreto nº 5.506 – GDF, de 26 de dezembro de 1978, esse colégio foi incorporado à Rede de Ensino Oficial do Distrito Federal, tendo sido reconhecido por meio da Portaria nº 17-SEC, de 07/07/1980 (DODF nº 129, de 10/07/1980).

O CAB segue oferecendo os cursos Técnico em Agropecuária e Técnico em Economia Doméstica, ambos com duração de três anos e cargas horárias de 3.840 e 3.210, respectivamente, mais 240h para estágio.

O Jornal de Brasília, de 6 de maio de 1982 publicou uma reportagem sobre o CAB informando ao público leitor que este Colégio é considerado um dos melhores do país e que ele prepara jovens para o trabalho na agricultura e na pecuária. Reporta-se também aos vários projetos que os alunos estão desenvolvendo em cultura extensiva: arroz, feijão, milho; avicultura, corte e ovos e bovinocultura, com a produção de leite.



Figura 7 Jornal de Brasília, edição de 06/05/1982.

O Boletim do Provárzeas & Profir¹⁴, ano II, número 10, de dezembro de 1982, destina duas páginas de seu informativo (páginas 8 e 9) para tratar questões referentes ao projeto de aproveitamento de várzea do CAB.

Com apenas Cr\$ 50 milhões, quatro máquinas cedidas pela Caterpillar e pelo Provárzeas, além de técnicos reunidos por meio de convênios entre órgãos do Ministério da Agricultura e do Governo do Distrito Federal, o Colégio Agrícola de Brasília (CAB) está implantando um projeto piloto de 250 hectares, onde serão colhidos todos os dados a respeito de cinco diferentes formas de irrigação de várzeas utilizando apenas a força da gravidade.

Quando em pleno funcionamento, já no período seco do próximo ano, o projeto-piloto servirá não apenas para experimentação técnica e aprendizagem dos alunos, como também servirá como demonstração do Provárzeas – evitando o deslocamento de autoridades federais ou estrangeiras a outros estados – e dará ao Colégio Agrícola a auto-suficiência em milho, arroz e sementes, onde já existe auto-suficiência de feijão. (Jornal de Brasília, Ano XI, nº 3.554, BsB-DF, 5/8/1984, Domingo).

Em 13 de março de 1992, foi assinado um acordo de cooperação técnica entre a Secretaria de Educação do GDF e a Emater (Processo nº 082016386/1991). Neste acordo, a Emater passou a utilizar uma área do Colégio para instalar o seu Centro de Treinamento. Este acordo continua sendo renovado anualmente.

Em agosto de 1995, o CAB ministrou aulas para alunos das Regiões Administrativas de Planaltina e Sobradinho que portam múltiplas deficiências e nível intelectual baixo, por meio do Programa de Apoio à Educação Especial – PROESP¹⁵. O PROESP-GDF tem como objetivo principal a inserção social desses indivíduos no mercado de trabalho. As turmas contam com dois alunos por professor.

Em 18 de julho de 2000, por meio da Portaria nº 129, o Colégio Agrícola de Brasília passou a denominar-se Centro de Educação Profissional - Colégio Agrícola de Brasília (CEP/CAB), cujo funcionamento tinha como objetivo a qualificação e requalificação profissional, objetivando a realização de Cursos de Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores e Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, direcionados à demanda mercadológica, principalmente na sua área de abrangência. Vale ressaltar que todas as escolas de educação profissional do GDF passaram a ter a denominação CEP antes do nome da instituição. Isso ocorreu devido à parceria que o GDF fez com o MEC por conta do Programa de Expansão da Educação Profissional – PROEP¹⁶. Assim, o curso integrado de

¹⁴ Provárzeas e Profir: Programas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Provárzeas – Programa para Melhor Aproveitamento das Áreas de Várzeas ; Profir – Programa de Financiamento Rural.

¹⁵ O Programa de Apoio à Educação Especial - PROESP é uma iniciativa do Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial – MEC/SEESP, em parceria com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, objetivando a formação e a pesquisa na área da educação especial na perspectiva da educação inclusiva.

¹⁶ O Programa de Expansão da Educação Profissional - PROEP é uma iniciativa do Ministério da Educação - MEC em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego - MTE e com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, que pretende ser o principal agente de implantação do Sistema de Educação Profissional no País, através de um conjunto de ações a serem desenvolvidas em articulação com diversos segmentos da sociedade. In [http://www.mec.gov.br]. O PROEP é uma das ações de caráter neoliberal do governo do presidente Fernando Henrique.

agropecuária foi extinto e a escola passa a oferecer o Curso Técnico em Agropecuária – subsequente, ou seja, para alunos que já tinham concluído o ensino médio.

Em 29 de julho de 2002, a Lei Complementar nº 630 transforma a área que integra o CEP/CAB, em Parque Ambiental.

Em 12 de janeiro de 2004, por meio da Portaria nº 003, a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, criada em 2002, resolve considerar credenciadas as instituições educacionais em funcionamento, mantidas pelo poder Público do Distrito Federal, dentre estas, o Colégio Agrícola de Brasília. Isso significa dizer que o Governo do Distrito Federal transforma sua estrutura organizacional extinguindo a então Fundação Educacional do Distrito Federal e criando a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEE-DF.

Em 27 de novembro de 2005, o jornal Correio Braziliense (ANEXO B) publicou uma matéria intitulada “Colégio Agrícola vai para o MEC” na qual aponta o desejo de o governo Lula negociar com o GDF a cessão da administração do CEP/CAB.

Durante os primeiros anos de 2000, o governo federal focava sua atenção na expansão da rede de educação profissional e tecnológica, dando prioridade às unidades da federação que não possuíam, até então, uma escola pertencente à rede federal, que era o caso do Distrito Federal.

Assim, reuniões de caráter político apontavam para a necessidade de trazer de volta para a esfera administrativa federal o CEP/CAB, pois a criação de uma Escola Técnica Federal com uma Unidade de Ensino já em funcionamento – uma agrotécnica promoveria mais solidamente a expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica - RFEPT e os gestores se preocupariam em estruturar as outras unidades, oferecendo à população diferentes áreas profissionais em distintas regiões administrativas do DF¹⁷.

Em 24 de abril de 2007, o presidente da República assinou o Decreto nº 6.095, que estabelecia as diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica no âmbito da rede federal, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Então, o MEC, em acordo com o GDF, resolveu enviar um “diretor” para o então CEP/CAB em julho desse ano, que seria o diretor da transição. Para oficializar o ato, em 13 de julho de 2007, o MEC exara a Portaria Normativa nº 28 (ANEXO C) que atribui ao então Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica de Goiás – CEFET GO, o encargo de adotar as medidas necessárias à implantação da Escola Técnica Federal de Brasília – ETF/BsB. A chegada desse diretor foi oficializada em 16 de agosto de 2007, por meio da Portaria nº 397, assinada pelo então diretor-geral do CEFET GO. Assim o CEP/CAB, com dois diretores, viu a concretização da “federalização” se aproximando. Faltava apenas sua oficialização que se deu em outubro de 2007 quando foram criadas escolas técnicas e agrotécnicas federais, por meio da Lei nº 11.534, de 25 de outubro. As escolas criadas foram: 1. Escolas Técnicas: no Acre, com sede na cidade de Rio Branco; no Amapá, com sede na cidade de Macapá; no Mato Grosso do Sul, com sede na cidade de Campo Grande; em Brasília, no Distrito Federal; e em Canoas, no Rio Grande do Sul; 2. Escolas Agrotécnicas: em Marabá, no Pará; em Nova Andradina, no Mato Grosso do Sul; e em São Raimundo das Mangabeiras, no Maranhão. E mais, a Escola Técnica Federal de Porto Velho – RO, criada em 1993 (Lei nº 8.670) passa a denominar-se Escola Técnica Federal de Rondônia, com sede no município de Porto Velho, vinculando-se ao Ministério da Educação.

Em novembro de 2007, a agora denominada Unidade de Planaltina, da Escola Técnica Federal de Brasília – ETF/BsB, divulga o Edital nº 1/2007 oferecendo os cursos técnicos em Agropecuária (integrado e subsequente), Agroindústria (integrado e subsequente) e Guia de Turismo (subsequente). Os cursos integrados são aqueles oferecidos aos alunos que

¹⁷ Assim aconteceu, e hoje, o IFB possui, além do *Campus* Planaltina, mais quatro *Campi* (em Brasília, em Taguatinga, em Samambaia e no Gama).

concluíram o ensino fundamental e desejam fazer o ensino médio e o curso técnico ao mesmo tempo; têm duração de três anos e aulas diárias nos períodos matutino e vespertino. Os cursos subsequentes são oferecidos aos alunos que já concluíram o ensino médio; são ofertados em um turno (ou matutino ou vespertino) e têm duração de um ano e meio.

Em 12 de dezembro de 2007, foi nomeado o diretor-geral da ETF/BsB por meio da Portaria nº 1.203, publicada no DOU nº 239, de 13/12/2007, Seção 2, p.7. Com isso, o Diretor da Unidade Agrotécnica de Planaltina – UAP (agora assim denominada pelo seu diretor-geral) ficou subordinado ao diretor-geral. Em dezembro, também, o diretor do CEP/CAB pede ao GDF sua exoneração do cargo e sua transferência para outra escola.

Em 7 de fevereiro de 2008, é aprovado o Regimento Interno da Escola Técnica Federal de Brasília, por meio da Portaria nº 203. Neste Regimento (Capítulo III, Seção I, Artigo 6º, v) são elencadas as unidades descentralizadas – UnED, da ETF/BsB, a saber: Unidade de Ensino Descentralizada de Planaltina, Unidade de Ensino Descentralizada de Taguatinga, Unidade de Ensino Descentralizada de Samambaia e Unidade de Ensino Descentralizada do Gama.

Em 14 de março de 2008, a ETF/BsB é autorizada a promover o funcionamento da Unidade Descentralizada de Planaltina por meio da Portaria nº 365.

Em 17 de março de 2008, duas Portarias são publicadas no Diário Oficial da União - DOU: a de nº 102, de 13/03/08 na qual o diretor-geral do CEFET-GO nomeia para o quadro de pessoal da ETF/BsB os candidatos aprovados no concurso público homologado por meio do Edital nº 23/2007 – técnicos administrativos e a de nº 103, também de 13/03/08 que nomeia os professores de 1º e 2º graus. Todos os novos servidores foram empossados pelo Diretor-Geral do CEFET-GO no dia 15 de abril de 2008.

A escola possuía no seu quadro cerca de cem servidores do GDF, muitos com cargos em comissões. A recepção aos novatos foi muito confusa por parte da gestão; esta promoveu uma apresentação entre ambos que deixou a desejar em termos de acolhimento e boa receptividade. Os novos servidores foram colocados numa sala que, de acordo com eles próprios, servia de depósito de móveis quebrados.



Figura 8 Sala dos Professores Foto: Luci Vitória

Porém, aos poucos, os servidores das diferentes esferas administrativas foram se conhecendo e assim conhecendo a história da escola. Vale lembrar que o pedido de saída dos servidores do GDF para outra escola se intensificou muito. Os motivos alegados são quase os mesmos, ou seja, temor de que o convênio não fosse renovado e a busca de um local de trabalho dentro de sua própria esfera administrativa.

Em 28 de maio de 2008, o então Diretor da UnED Planaltina, nomeado pela Portaria nº 173, de 29 de abril de 2008 (que revogou a Portaria nº 397, de 16/08/2007), é exonerado, a pedido (Portaria nº 233). O Diretor-Geral da ETF de Brasília designa o seu Diretor de Relações Institucionais para responder interinamente pela Direção da UnED Planaltina

(Portaria nº 02, de 09 de junho de 2008). Este mesmo diretor é exonerado e ele próprio é nomeado Diretor da UnED Planaltina em 30 de julho de 2008, por meio da Portaria nº 356.

Em 30 de setembro os gestores da UnED Planaltina organizaram uma “Oficina Técnica para Priorização de Ações Relativas a Projetos Estruturantes da Unidade Agrotécnica de Planaltina”. Esta oficina foi estruturada com o intuito de ouvir a comunidade planaltinense e a sociedade civil organizada para construir um “portfólio” de projetos prioritários, a partir de uma relação de parceria; ela teve como objetivos: i) “congregar e alinhar uma massa crítica que atua na área de Inovação Tecnológica e Extensão Rural aplicada ao Ensino Técnico e Tecnológico”; ii) “definir e priorizar ações, montar equipes e estabelecer responsabilidades com vistas à elaboração de portfólios de ações prioritárias a serem submetidos à Direção da escola”.

Dois meses depois, alguns Centros Federais de Educação Tecnológica, as Escolas Agrotécnicas Federais, as Escolas Técnicas Federais e parte das Escolas Técnicas vinculadas às Universidades se uniram para formar os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IF foram criados em 29 de dezembro de 2008, por meio da Lei nº 11.892, definidos como *instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurricular, multicampi, especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas*.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília - IFB tem característica peculiar em relação aos outros institutos recém criados, uma vez que já nasce de uma Escola Técnica Federal de apenas 14 meses de existência que, por sua vez, já nasceu incorporando uma unidade agrotécnica. Esta unidade agrotécnica - Unidade de Ensino Descentralizada (UnED) da ETF/BsB passa a ser o *Campus Planaltina* do IFB.

Especificamente em relação ao *Campus Planaltina* e sua gestão escolar, objeto de estudo desta pesquisa, faz-se importante ressaltar que ainda hoje esta escola abrange duas esferas de poder (Federal e Distrital), pois há, em seu quadro de funcionários, servidores do Distrito Federal (docentes e técnicos administrativos), que optaram por permanecer como colaboradores¹⁸.

¹⁸ De acordo com o Termo de Cooperação Técnica nº 1/2007 – DOU nº 239, seção 3, de 13 de dezembro de 2007 e Termo de Cooperação Técnica nº 001/2008 – DOU nº 10, seção 3, de 15 de janeiro de 2009 (este último Termo possui vigência de 5 anos, de acordo com sua Cláusula Quarta).

2 CAPÍTULO 2 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo limita-se a apresentar os conceitos teóricos mais relevantes que são necessários ao desenvolvimento deste trabalho, os quais serão utilizados para fundamentar os resultados da pesquisa.

Ao analisar a gestão escolar no *Campus* Planaltina do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília - IFB, doravante CPLA, no período de julho de 2007 a julho de 2009 - período este que representa a consolidação do processo de transição de esfera administrativa, temos como foco principal o caráter peculiar de uma escola que pertenceu ao quadro das escolas federais, quando criada, passou para a esfera administrativa distrital e voltou à esfera administrativa da União.

Para examinar se a gestão do CPLA, no recorte temporal delimitado para esta nossa pesquisa, obedece aos padrões legais (a Constituição Federal – 1988 - CF, Artigo 206, inciso VI e a Lei de nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Artigo 3º, Inciso VIII)¹⁹ – no que se refere à gestão democrática, tomando como base para análise a (re) construção das Matrizes Curriculares e a construção do Estatuto e do Plano de Desenvolvimento Institucional, torna-se necessário apresentar os significados dos termos relacionados ao tema da gestão democrática, a partir dos quais iremos desenvolver nossa argumentação.

De acordo com Bobbio (2009), ao se estudar a democracia na teoria contemporânea, deve-se levar em conta as três grandes tradições do pensamento político: a teoria clássica, a teoria medieval e a teoria moderna. Mesclando essas tradições, durante todo o século XIX, as questões referentes à democracia foram se dando por meio de “confronto com as doutrinas políticas dominantes no tempo, o liberalismo de um lado e o socialismo do outro” (BOBBIO, 2009, p.323). Assim, “por Democracia foi-se entendendo um método ou um conjunto de regras de procedimento para a constituição de Governo e para a formação das decisões políticas (ou seja, decisões que abrangem a toda a comunidade) mais do que uma determinada ideologia” (p.326).

Partindo desse conceito de Democracia, trataremos de apresentar os significados de: i) gestão democrática da escola pública; ii) educação e poder e, iii) participação, pois, ao nosso ver, o entendimento desses termos nos levará a uma análise objetiva de como se deu a gestão do *Campus* Planaltina no período de transição de esfera administrativa, tomando como base a (re)construção dos documentos legais realizada durante esse período.

2.1 Gestão Democrática da Escola Pública

De acordo com a CF, o ensino deve ser ministrado com base na gestão democrática do ensino público (Artigo 206, Inciso VI). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB – Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, ratifica a CF (Artigo 3º, Inciso VIII) sendo o marco do conceito de gestão aquilo que se refere à construção da cidadania, com destaque para a participação e para o posicionamento crítico.

Tais princípios legais, inéditos e conquistados por todos nós, foram reproduzidos nas Constituições Estaduais e nas Leis Orgânicas Municipais para que melhor pudessem ser adaptados às suas especificidades regionais e locais, mesmo sendo dirigidos unicamente ao

¹⁹ De acordo com a CF – inciso VI e com a LDB, Art. 3º Inc. VIII, o ensino será ministrado tendo como base a gestão democrática do ensino público na forma da lei.

ensino público. Desse modo, uma definição de gestão democrática que nos parece apropriada ao nosso estudo é a de Cury (*in* OLIVEIRA, 2008):

A gestão democrática do ensino público supõe a transparência de processos e de atos. Ao caráter público e aberto se opõe o privado e o secreto. O segredo é a dimensão daquele que se tem como a sede e a fonte do poder e, portanto, nada deve à cidadania. Por esta via pode-se mesmo chegar a “déspotas esclarecidos”²⁰, mas que não deixarão de ser déspotas. O privado é a dimensão daquele que presta serviços sob sistema contratual de mercado. E mesmo aí, dada a complexidade social e a dimensão de consumidor contida na cidadania, o privado não é absoluto. (CURY, *in* OLIVEIRA, 2008, p. 205).

Vale destacar o alerta feito por Oliveira (2008) em relação ao cenário mundial atual marcado por mudanças nas políticas sociais que são procedentes dos processos de reestruturação capitalista e de internacionalização e globalização da economia e o surgimento do neoliberalismo intrometendo-se nas políticas sociais; diante disso, a autora atenta para os imensos desafios que são colocados para a gestão da educação pública no momento presente.

O conceito de administração como a “utilização racional de recursos para a realização de fins determinados” (PARO, 1986, p. 18) é condição necessária da vida humana, e aparece nos vários tipos de organização social como um instrumento que pode articular-se tanto com a conservação do *status quo* quanto com a transformação social, dependendo dos objetos aos quais ela é posta a servir (PARO, 1986, p.123).

Garcia (2008) define administração escolar como sendo a “atividade relacionada ao melhor uso possível dos recursos conceituais e materiais disponíveis, mas, primordialmente, coordenação do esforço coletivo humano com vistas ao alcance dos objetivos estabelecidos” (CORREA e GARCIA, 2008, p. 169) e o diretor da escola é o personagem responsável por todas as ações aí desenvolvidas.

No entanto, Lück (2000) reporta-se também a um modelo de gestão escolar de um diretor tutelado dos órgãos centrais:

(...) o modelo de direção da escola (...) era o de um diretor tutelado dos órgãos centrais, sem voz própria, em seu estabelecimento de ensino, para determinar os seus destinos e, em consequência, desresponsabilizado dos resultados de suas ações e respectivos resultados. Seu papel, nesse contexto, era o de guardião e gerente de operações estabelecidas em órgãos centrais. Seu trabalho constituía-se, sobretudo, repassar informações, controlar, supervisionar, “dirigir” o fazer escolar, de acordo com as normas propostas pelo sistema de ensino (...). Era considerado bom diretor quem cumpria essas obrigações plenamente, de modo a garantir que a escola não fugisse ao estabelecido em âmbito central ou em hierarquia superior. (p.13).

O modelo de gestão comentado acima por Lück, apesar de ela estar se referindo a um tempo antes do processo político de retomada da nossa democracia, ainda pode ser atual, porém, em se tratando de gestão democrática da escola pública, o trabalho do diretor deve apresentar o estabelecimento de metas. Correa (CORREA e GARCIA, 2008) explicita:

²⁰ “A partir da segunda metade do século XVIII, enquanto alguns países da Europa Ocidental assistiam à vitória das forças ligadas ao capitalismo, em outros países empreendeu-se uma *política reformista* visando à modernização dos Estados pelos respectivos soberanos. A esta política, que variou segundo as circunstâncias próprias a cada país, denominamos de *despotismo esclarecido* ou *reformismo ilustrado*”. (In, AQUINO, R. et al. **História das Sociedades: das sociedades modernas às sociedades atuais** 37ª ed – Rio de Janeiro : Record, 1999, p.177).

(...) aquele que estivesse à frente da coordenação da escola não trabalharia a partir de seus desejos pessoais, mas a partir de metas definidas coletivamente a serem alcançadas em determinado período. Isto traz pressuposto uma razão fundamental para justificar a idéia do rodízio e que se relaciona ao caráter democrático que a administração escolar deve evidenciar. (...) O coordenador seria alguém a administrar não um projeto seu, mas o projeto coletivo da escola (...). Faz-se necessária antes a presença de cidadãos que, embora diferentes em suas atribuições específicas, sejam verdadeiramente iguais em seus direitos e responsabilidades pelo bem comum. (p. 148-149).

O princípio constitucional da gestão democrática da escola pública demonstra estratégias legais de participação dos profissionais da educação na elaboração dos documentos primordiais que regerão a escola. Assim, a construção desses documentos é estratégia de gestão democrática.

2.2 Educação e Poder

Agora, faremos um breve estudo sobre educação e poder, uma vez que a questão do poder está intrinsecamente ligada a decisões tomadas no âmbito das políticas públicas educacionais.

“Em seu sentido mais geral, a palavra Poder designa a capacidade ou possibilidade de agir, de produzir efeitos.” (BOBBIO, 2009, p. 933).

Gérard Lebrun (1984) analisa algumas teorias que se referem ao poder sob a ótica de desmistificar o caráter nocivo e/ou perigoso que a palavra *poder* representa na nossa sociedade, e o faz analisando pensadores de diversas épocas (Aristóteles, Hobbes, Locke, Kant, Hegel, Marx, Weber, Foucault). Ele discute o conceito de poder afirmando que nenhuma organização política existiria sem que houvesse dominação. Contudo, aqui, especificamente, o poder que interessa é aquele que coloca o homem como sujeito, não considerando o poder das coisas²¹ e sim o poder como capacidade de agir sobre elas e de determinar o comportamento de terceiros, ou seja, o poder social, que envolve relações entre indivíduos ou grupos, que é também denominado de poder-fazer por Holloway²² (in, PARO, 2008a, p.34).

Outra maneira de enriquecer a compreensão do conceito de poder é considerar o *modos* de o poder ser exercido. Quanto a isso, podemos nos deparar com três maneiras de exercício do poder: a *coerção*, a *manipulação* e a *persuasão*. (...) Na coerção, há claramente um conflito de interesses entre quem detém o poder e quem é o objeto dele. (...) Na manipulação a conflituosidade encontra-se presente, mas de forma potencial²³. (...) A persuasão, por sua vez, supõe a completa ausência de conflito na relação de poder. (PARO, 2008a, p.40-1).

²¹ Sobre o poder das coisas, Paro (2008, p. 32) assim o define: “o poder calorífico, por exemplo”.

²² John Holloway (1947, Dublin, Irlanda). Advogado, filósofo e economista de linha marxista. Professor do Instituto de Ciências Sociais e Humanidades da Universidade autônoma do México. Em 2002, escreveu o livro “Mudar o mundo sem tomar o poder” traduzido para vários idiomas. In[http://boitempoeditorial.com.br/livro_completo.php?isbn=85-87767-11-9], acesso em 02/06/2010.

²³ Em relação à mudança comportamental, os estados do poder podem ser divididos em poder atual e poder potencial. O poder atual é o poder em ato (quem possui) e o poder potencial é o poder em exercício (quem exerce). PARO, 2008.

É na relação de poder mediada pela persuasão que se realiza o poder-fazer que é parte de um fluxo social; porém, quando esse fluxo sofre algum rompimento, o poder-fazer passa a ser poder-sobre (seu oposto). A diferença entre poder-fazer e poder-sobre, que serve para a dominação, dá suporte ao estudo da relação poder e educação, tendo em vista que esta “é a própria forma pela qual se plasman personalidades humanas”. (PARO, 2008a, p. 45).

Considerando a educação como “apropriação da cultura humana produzida historicamente” (PARO, 2008b), e a escola como “instituição que provê a educação sistematizada” (idem), a relação educação e poder se estabelece no processo educativo, pois “todo processo educativo envolve (...) uma relação de poder em seu conceito mais geral, seja em estado potencial, seja em estado atual” (PARO, 2008a, p. 45).

O entendimento da educação como exercício do poder (...) ajuda a compreender o processo pedagógico em si, mas deve trazer maior clareza também à compreensão da prática escolar em geral e à concepção de uma organização escolar que favoreça a realização mais democrática dessa prática. Embora não falem estudos de boa qualidade sobre políticas educacionais relacionadas à escola pública básica, parece haver uma grande carência com relação a uma compreensão mais rigorosa daquilo que acontece no dia-a-dia de nossas unidades escolares e de como se exerce o poder no seu interior. (PARO, 2008a, p. 69).

A prática democrática tem o dever de absorver a escola como um todo, e sua organização deve ser de tal maneira que possibilite a participação de toda a comunidade escolar nas decisões a serem tomadas.

Estudar a prática escolar da perspectiva do poder implica levar em conta (...) o poder-fazer, que engrandece personalidades e incrementa o vigor da ação humano-social. Trata-se de considerar e ter como foco de análise os micropoderes²⁴ que se exercem no interior da instituição escolar, estando alerta para as interdições, a vigilância, as coerções, os controles e as proibições, mas não deixar de atender também as relações de libertação, de fortalecimento mútuo de subjetividades, de companheirismo, de lealdade, e de incremento do poder-fazer uns dos outros. Mesmo quando se considera que esses micropoderes que se verificam na realidade escolar são subsumidos por poderes de esferas mais amplas da sociedade e do Estado, trata-se de compreendê-los aí onde eles se exercem, porque é nessas ínfimas instâncias que os seres humanos vivem e experimentam suas mais profundas conseqüências. Se o poder está em toda parte, em toda parte precisamos conhecê-lo e tomar decisões a seu respeito. (PARO, 2008a, p.72).

2.3 Participação

A participação, como trabalho cooperativo de um grupo na análise de situações para tomada de decisões em ações conjuntas, partindo de objetivos comuns, está inserida no conceito de gestão que parte da conjectura de que o sucesso de uma organização social depende da vontade coletiva, uma vez que participar não é questão de querer ou não querer, “pois mesmo aqueles que não tomam qualquer atitude são utilizados pelos grupos mais ativos,

²⁴ Micropoder, Microfísica do poder, poderes periféricos - Micropoderes é o termo que designa, para Foucault, esse espraiamento do poder em diversos pontos da rede social. Periféricos em relação ao poder central - o Estado -, esses poderes estão sempre produzindo novas articulações de poder. Uma Microfísica do poder seria a análise dessa rede de minúsculos poderes que constituem uma sociedade. In, <http://www.filosofianet.org/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=52>, acesso em 26/08/2010.

visto que o silêncio e a passividade são interpretados como sinais de concordância com as decisões do grupo dominante” (DALLARI, 1983, p.34).

Especificamente em relação à questão da participação na gestão educacional, Lück (2010) afirma que

A gestão participativa se assenta (...) no entendimento de que o alcance dos objetivos educacionais, em seu sentido amplo, depende da canalização e do emprego adequado da energia dinâmica das relações interpessoais ocorrentes no contexto de sistemas de ensino e escolas, em torno de objetivos educacionais, concebidos e assumidos por seus membros, de modo a constituir um empenho coletivo em torno de sua realização. (LÜCK, 2010, p.22-3).

Para que haja gestão escolar participativa, ou seja, uma cultura de participação efetiva na escola, compete aos gestores a promoção da criação de um ambiente adequado e, principalmente, sua sustentação, pois é sabido que a participação democrática na escola pública sofre também os efeitos dos condicionantes ideológicos (Paro, 2008). “Por condicionantes ideológicos imediatos da participação estamos entendendo todas as concepções e crenças sedimentadas historicamente na personalidade de cada pessoa e que movem suas práticas e comportamentos no relacionamento com os outros”. (PARO, 2008b, p. 47). Dessa forma, lutar para que haja participação da coletividade e lutar por superar os condicionantes devem constituir um só processo, de maneira que os avanços em quaisquer dos campos façam o outro avançar também, continuamente e com dependência recíproca.

“A participação é o caminho natural para o homem exprimir sua tendência inata de realizar, fazer coisas, afirmar-se a si mesmo e dominar a natureza e o mundo” (BORDENAVE, 1983, p. 16). Por isso, um aspecto importante da participação na escola é a distribuição de funções que facilita a aprendizagem na convivência democrática, seja aprendendo a manejar conflitos, seja a tolerar divergências, seja a respeitar opiniões.

Para Gramsci “considera a escola a principal agência, na sociedade civil, de formação de intelectuais” (SOARES, 2000, p.191). Nesse sentido, Demo (2009, p.55) coloca a cultura, produto humano e social, como instrumento de participação, pois esta se reporta ao “nível de criação de símbolos e valores, que caracterizam o modo de ser de uma sociedade, de uma era, ou de uma determinada história” (idem). Cultura e participação são, então, relacionadas: “a cultura é a dimensão essencial para incutir qualidade na quantidade de vida, como a participação transforma o crescimento em desenvolvimento (ibidem, p. 59).

Se levarmos em conta que um dos objetivos primordiais da participação é a consolidação da cultura democrática (DEMO, 2009, p. 78) temos a base para um cultivo de direitos e deveres comuns dentro da escola.

“No campo pedagógico, a ideia de participação política é compreendida como a relação *ativa* entre professor e aluno, educador e educando. Gramsci reflete sobre essa relação pedagógica quando desenvolve o conceito de sociedade civil como conteúdo “ético” do estado” (SOARES, 2000, p. 196).

A participação, em seu sentido pleno, caracteriza-se por uma força de atuação consistente pela qual os membros da escola reconhecem e assumem seu poder de exercer influência na dinâmica dessa unidade social, de sua cultura e dos seus resultados. (LÜCK, 2000, p.27).

A seguir, com base nessas reflexões teóricas, veremos como a gestão foi praticada no CPLA em sua trajetória histórica desde Colégio Agrícola de Brasília, por meio da análise das entrevistas realizadas durante esta pesquisa. Veremos, também, como foi a relação GDF/MEC e o “nascimento” de uma escola que juntou passado, presente e futuro num mesmo tempo, e suas implicações na comunidade escolar.

3 CAPÍTULO 3 - ANÁLISE DO PROCESSO DE MUDANÇA DE ESFERA ADMINISTRATIVA DO ATUAL CAMPUS PLANALTINA DO INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA (2007-2009)

A análise que agora apresentamos decorre das entrevistas semi-estruturadas realizadas com a comunidade acadêmica, no período de junho a julho de 2010.

Utilizamos para os três grupos a denominação “comunidade acadêmica” obedecendo à nomenclatura do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI/IFB. De acordo com este documento (Título IV, Artigo 35), denomina-se comunidade acadêmica aquela composta pelos corpos discente, docente e técnico-administrativo.

Importante observar é que não há aqui intenção de categorizar as respostas dadas pelos entrevistados devido à alta possibilidade de este procedimento resultar em equívocos - uma vez que as conversas foram se dando por meio de contatos formais e informais, trazendo um discurso livre. No entanto, a análise de conteúdo²⁵ com teor bastante diversificado procurou desvendar as significações dos discursos.

3.1 Universo Entrevistado

Os entrevistados foram divididos em três grupos, a saber:

- a) Grupo 1 – SEE-DF (doravante, servidores distritais): composto por três servidores (professores e/ou técnicos administrativos) escolhidos por sorteio e três servidores (também professores e/ou técnicos administrativos) escolhidos por nós - por serem os mais participativos nas reuniões gerais promovidas pela direção-geral e suas coordenações, e por terem se integrado ativamente nas reuniões referentes ao processo de “federalização” junto à SEE-DF e junto à SETEC/MEC.
- b) Grupo 2 – RFEPT (doravante, servidores federais): composto por três servidores (professores e/ou técnicos administrativos) escolhidos por sorteio e três servidores (também professores e/ou técnicos administrativos) escolhidos por nós - por serem os mais participativos nas reuniões gerais promovidas pela direção-geral e suas coordenações, e por terem se mobilizado para organizar a seção sindical da escola.
- c) Grupo 3 – DISCENTES (doravante, estudantes): composto por ex-alunos e/ou alunos, um de cada semestre, (2º semestre de 2007, 1º semestre de 2008, 2º semestre de 2008 e 1º semestre de 2009), totalizando 4 alunos, sendo as turmas e os estudantes selecionados por sorteio.

Dentre todos os entrevistados (dezesesseis, no total), apenas quatro se propuseram a gravar as entrevistas; oito preferiram redigir de próprio punho suas respostas; e os quatro restantes nos solicitaram ajuda para a transcrição de suas opiniões. Isso foi feito e depois lido novamente para cada um deles para que tivéssemos a certeza de que a resposta dada era da forma como foi transcrita, realmente. Importante destacar é que os entrevistados pediram sigilo de suas posições em relação ao que foi perguntado. (ANEXO D).

Para esclarecer um pouco mais sobre o universo entrevistado, referindo-nos aqui aos servidores distritais e federais, em julho de 2009 restavam cinquenta servidores da SEE-DF dos cento e quarenta que havia em julho de 2007. Destes cinquenta, um que foi sorteado se recusou a responder sem explicar o motivo. Dos 49 restantes, 46,93% nos atenderam prontamente. Deste grupo, então, sorteamos três e escolhemos três. Em relação aos servidores

²⁵ Segundo Bardin (2010), hoje, denomina-se análise de conteúdo ao “conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a ‘discursos’ (conteúdos e continentes) extremamente diversificados”.

da Rede Federal, dos quarenta e sete servidores aptos a participarem das entrevistas, 59,57% o fizeram; apenas um se recusou de pronto a conversar conosco. A partir daí, realizamos o sorteio e as escolhas.

Objetivando analisar o cotidiano da escola em estudo no período delimitado para esta pesquisa (de julho de 2007 a julho de 2009), é importante destacar fatos marcantes que aconteceram nesta instituição de ensino antes e depois no nosso recorte temporal. Justificamos esta decisão com os seguintes argumentos: i) antes de julho de 2007 porque tais fatos registram o modelo de gestão aplicado pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Esta herança de gestão poderá ou não explicar algumas atitudes dos seus atores durante o período de transição; ii) depois desse período porque faz-se necessário mostrar como foram concluídas algumas ações que foram iniciadas durante o período de transição.

3.2 Um olhar sobre o modelo de gestão anterior ao período de transição

Entender como os atores da escola foram compreendendo o sentido de Democracia ao longo de existência da escola faz parte deste estudo, pois nos indicará um caminho para examinarmos se havia ou não condição de pôr em prática o que determinaria a CF e a LDB quando do processo de redemocratização do país.

Assim, a transferência da esfera administrativa da União para a esfera administrativa distrital nos dá indícios do caminho: como vimos no Capítulo 1, em 1978, por meio do Decreto nº 82.711, de 23 de novembro, a escola foi transferida da União para o Governo do Distrito Federal. Não há registro de que estudantes e servidores se manifestaram sobre o ocorrido, ou aprovando ou desaprovando. O que se sabia é que, de imediato, não haveria melhoria na escola, pois o governo federal ainda iria provê-la de recursos financeiros até o ano de 1980, conforme artigo 4º do decreto supracitado, que dispõe sobre a transferência do CAB para o Distrito Federal.

A redemocratização do país e a promulgação de uma nova Constituição Federal, em 1988, não apontam para nenhuma mudança de comportamento da comunidade acadêmica em se pensando num retorno à esfera administrativa da União, pois nada consta sobre o assunto em qualquer registro oficial – nem da escola, nem do Ministério da Educação.

Verificamos nos nossos estudos que os momentos vividos pela comunidade escolar a partir de 2005 (quando se tem notícia da expansão da RFEPT e da possível transferência do então CEP-CAB para a esfera administrativa da União) denotam que as relações de poder observadas na Secretaria Estadual de Educação do Distrito Federal – SEE-DF consideram o poder das coisas como aspecto relevante para demonstrar como esse poder é exercido e não consideram o poder social que coloca o ser humano como sujeito, conforme vimos em Paro (2008a).

Vejamos, então, um fato ocorrido no então CEP-CAB, registrado na ata das reuniões do Conselho Escolar, em 03 de junho de 2005:

O Professor A (...) solicitou informações a respeito do uso da água do CEP-CAB pela CAESB²⁶, pois até o momento só existe boato de corredores. O Professor B (...) explicou que a CAESB está discutindo com a Secretaria de Educação um contrato para o uso da água do poço artesiano do CEP-CAB, porém a direção do CEP-CAB não tem acesso aos termos do contrato, pois a negociação está ocorrendo entre a cúpula da Secretaria de Educação e da CAESB, embora membros da CAESB e da Secretaria de Educação adiantam que o volume de água que será utilizada pela

²⁶ CAESB – Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal.

CAESB é pequena (cerca de 5m³/s) em relação à vazão do poço (36m³/s) e que por outro lado a CAESB se comprometerá em trocar todas as instalações hidráulicas do CEP-CAB, levando inclusive água potável para os setores de suinocultura e bovinocultura (...).

A discussão do tema na reunião do Conselho Escolar demonstra anseio por gestão democrática/participativa por parte de alguns dos seus membros e, por outro lado, de como se exerce o poder na instituição – lembrando aqui a colocação que Lück (2000) faz a respeito de um “diretor tutelado dos órgãos centrais, sem voz própria, em seu estabelecimento de ensino, para determinar os seus destinos”, citada anteriormente. Verificamos que houve tutela, realmente, e não cooperação.

Isto posto, nota-se que exercer uma gestão democrática não era preocupação dos dirigentes; e um assunto de magna importância para toda comunidade escolar não sendo tratado de forma clara e aberta denota ação antidemocrática. O que se sabia é que havia em andamento um contrato a ser assinado²⁷ entre a SEE-DF e a CAESB e que a escola iria ceder sua água para terceiros (para as chácaras próximas à escola). Lembramos aqui que a fazenda possui mais de dois mil hectares e o prejuízo para a lavoura na cessão da água poderia ser importante.

Paralelamente a esses fatos, ações políticas aconteciam objetivando a cessão do Colégio Agrícola para a União, por meio da SEMTEC/MEC. Em 27 de novembro de 2005, uma matéria publicada no jornal Correio Braziliense, trata do assunto:

A ideia de Eliezer Pacheco, secretário de Educação Profissional e Tecnológica, órgão do Ministério da Educação (MEC), é negociar com o governador Joaquim Roriz, para que a Secretaria de Educação do DF promova a cessão do Colégio Agrícola de Brasília, que funciona em Planaltina. (...) “Nossa ideia é assumir o local e transformá-lo em uma escola agrotécnica. Se o governo do DF quiser, poderá continuar atuando, como um consórcio”, explica o secretário. Na prática, o colégio agrícola será devolvido ao governo federal. Há 30 anos, a instituição era bancada pela União. De acordo com o professor Sidney Modesto, diretor-adjunto da instituição, em 1978 o governo federal passou o local, fundado 16 anos antes, para o GDF. (...) De acordo com o secretário do MEC, a ideia de usar o Colégio Agrícola de Brasília leva em conta as dificuldades enfrentadas pelos alunos e professores da instituição. Faltam insumos para as aulas e a locomoção dos estudantes é dificultada pela ausência de um transporte coletivo de baixo custo para percorrer os 40km que separam Planaltina de Brasília. Alguns instrumentos e materiais estão em falta desde 2000. “Nossos produtos são muito específicos, não são comprados para outras escolas do DF. Aí, os pedidos vão do GDF para o MEC e depois voltam para o governo local. Temos processos de cinco anos atrás que ainda não foram atendidos.”, explica Modesto. (...) Ao todo, são 400 estudantes que frequentam o território de 2,2 mil hectares. Tanto na Secretaria de Educação quanto no Colégio Agrícola, a orientação é de ninguém comentar o assunto até que a negociação com o governo federal esteja concluída.

Este fato torna-se, ao nosso ver, relevante para essa análise quando sinaliza que o processo de transferência de uma escola que pertencia à esfera administrativa distrital para a esfera administrativa da União poderia se dar também por meio do poder-sobre, pois, em si mesmo, o processo educativo engloba relações de poder, tanto em estado potencial (quem o exerce) como em estado atual (quem o possui); lembramos aqui que o poder-sobre é o poder

²⁷ O contrato foi assinado e vigeu até a criação da ETF, em outubro de 2007, quando se extinguiu automaticamente. A gestão da ETF mandou fechar o cano de acesso da água para as chácaras vizinhas; houve greve dos chacareiros que ficaram sem água. A CAESB resolveu o problema buscando água de Planaltina.

que serve para a dominação, como vimos em Paro (2008a). Em assim sendo, as discussões democráticas sobre a mudança de esfera administrativa se dariam entre o ministério da Educação e o governo do Distrito Federal, não havendo espaço para discussão com a comunidade escolar.

Voltando questão da água da escola, mostraremos o problema que foi sua cessão, por meio de constatações lavradas na ata da reunião do Conselho Escolar, acontecida em maio de 2006, menos de um ano depois:

O contrato firmado com a CAESB e a Secretaria de Educação para cessão e uso da água (...) tem provocado transtornos à comunidade escolar, ou seja, falta d'água, líquido barrento e resíduos vegetais.

O líquido barrento e os resíduos vegetais se davam por conta da falta de manutenção nos canos que levavam água para os chacareiros por parte do CAESB; os chacareiros recebiam água e a usavam, também, para irrigação causando falta de água na escola constantemente.

Concluimos que a decisão firmada de ceder a água da escola, sem a participação da comunidade acadêmica causou transtornos para toda a comunidade.

Conforme destacamos no capítulo anterior, o conceito de administração como a “utilização racional de recursos para a realização de fins determinados” (PARO, 1986, p.18) vai revelar um distanciamento na obediência aos padrões legais na gestão da escola em estudo. Percebemos isso nos registros lavrados nas atas das reuniões do Conselho Escolar do então CEP-CAB, do ano de 2006, por exemplo. Vejamos as ocorrências:

- em março, quando da posse de novos membros do Conselho Escolar do CEP-CAB, um servidor X assim se expressou, literalmente:

Desejo que haja (...) disposição para o diálogo e para a negociação pois muitos atritos que houve entre a Direção anterior e a comunidade foi justamente pela ausência de diálogo e desrespeito às deliberações da comunidade no Conselho Escolar.

Não está claro na ata desta reunião do Conselho Escolar a que se refere especificamente este servidor distrital; assim sendo, seu desejo mais parece um relato da falta de participação e democracia por parte dos dirigentes; demonstra, também, seu desejo de mudança dessa situação.

- Em julho, há registrado o que segue:

O professor A dirigiu-se ao professor B (...) sugerindo que este deveria distribuir e delegar mais atividades ao invés de concentrá-las. Disse que a proposta é interessante, e que já é uma proposta antiga. (...) a proposta de auto-sustentabilidade é antiga, pensa-se nisso há mais ou menos trinta anos (...) é necessário que se tenha poder de gerir os próprios recursos, só assim, o CEP-CAB vai deixar de ser dependente e ser auto sustentável. (...)

- em dezembro, está lavrado que:

O professor X (...) advertiu o Diretor Gerente de que o Conselho Escolar já se pronunciou, em ocasiões anteriores, contrariamente ao uso de máquinas e equipamentos do CEP-CAB por terceiros, sobretudo como prestação de serviços remunerados. O professor Y (...) [Diretor gerente] informou que pediu autorização ao (...) responsável por tal assunto na Secretaria de Educação e que esta autorizou .

A atitude da gestão e a atitude dos membros do Conselho Escolar sugerem dificuldades em relação à aceitação de gestão participativa por parte do Diretor Gerente. Este,

por sua vez, repassa ordens recebidas de instância superior – a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEE-DF, confirmando o que disse Lück (2000) quando se reportou ao modelo de direção da escola e do seu diretor tutelado dos órgãos centrais.

3.3 O período de Transição

Do início de 2007 até julho, quando chega informalmente²⁸ o diretor nomeado pelo MEC para exercer o cargo de “Diretor de Unidade de Ensino”, com a incumbência de adotar as medidas necessárias com vistas à implantação da Unidade de Ensino Descentralizada de Planaltina-DF, as atividades no dia-a-dia da escola andavam como se a matéria veiculada pelo jornal Correio Braziliense em 2005 cujo título foi “Colégio Agrícola vai para o MEC” devesse, de fato, se tornar realidade.

Até então, havia aqueles que viam a “federalização” da escola com “desconfiança e preocupação” e aqueles que a viam como uma “injeção financeira” bem-vinda.

Em 6 de abril de 2007, o Jornal Correio Braziliense publica uma matéria que concretiza a assunção do então CEP-CAB pela União. (O título da matéria “União assumirá o Colégio Agrícola” denota fato concretizado). A matéria constata que esta foi “a saída encontrada pela SEE-DF e pelo MEC para melhorar a situação de uma instituição que convive há anos com inúmeras carências – de professores e materiais”. A SEE-DF não explica, na matéria, o porquê das “inúmeras carências”.

Vejamos como diferentes segmentos da escola perceberam este processo:

a) para os servidores distritais:

Servidor A: A notícia da [iminente] federalização da escola foi recebida por mim e por toda a equipe (...) com muita alegria. Ela gerou muitas expectativas. Era um desejo já acalentado há muito tempo (...) significava a injeção financeira que colocaria a escola de novo no seu lugar de destaque no ensino regular e técnico.

Servidor B: A notícia [da iminente] federalização foi recebida com preocupação. A grande maioria não queria que houvesse a federalização. Para muitos foi considerada uma oportunidade boa para sair daqui.

Servidor C: As mudanças eram bem-vindas, pois qualquer coisa que pudesse ajudar a escola e até mesmo tirá-la da situação em que se encontrava era bom. As pessoas estavam muito desconfiadas, faziam muitos comentários, a escola perdeu alguns bons profissionais por conta da desconfiança. A federalização era um caminho sem volta visto com esperança por alguns e com desconfiança por outros.

b) Para os estudantes W e X, respectivamente:

Esperarei que a escola melhore.

Se for para o bem de todos...

O estudante W estava no seu último período escolar. Assim, desejou melhorias para a escola quando de sua saída (formatura).

²⁸ Lembramos que, formalmente, o diretor do MEC/CEFET GO foi nomeado por meio da Portaria nº 397, de 16 de agosto de 2007. Esta Portaria foi assinada pelo então Diretor do CEFET GO.

Aqui, vale ressaltar que, em 24 de abril de 2007, o presidente da República havia assinado o Decreto nº 6.095 que estabelecia as diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica no âmbito da rede federal, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Daí, deduzimos que a Escola Técnica Federal de Brasília já nasceria para se tornar Instituto Federal, para atender ao projeto de expansão da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica: o MEC criaria escolas técnicas nas unidades da federação que não as possuíam e quando os institutos federais fossem fundados essas escolas recém criadas se integrariam aos institutos.

Lembremos que foi nesse clima de incerteza e expectativa no então CEP-CAB que o MEC, por meio do CEFET GO, enviou um diretor para o Colégio Agrícola de Brasília (que foi chamado de Unidade de Ensino), antes da criação oficial da Escola Técnica Federal de Brasília. Este diretor teria a incumbência de adotar as medidas necessárias tendo em vista a implantação da Unidade de Ensino Descentralizada de Planaltina-DF, da futura Escola Técnica Federal de Brasília. Nesse momento, o CEP-CAB passou a ter dois diretores. E quais as implicações de ordem administrativa/pedagógica que isso acarretou para a escola?

Primeiramente, vejamos como esse diretor foi visto pela comunidade acadêmica.

a) Servidores distritais:

Servidor A: A presença de dois diretores, a princípio, causou estranheza; não sabíamos a quem nos dirigir. Então, oficialmente, nos dirigíamos ao diretor do GDF. Com o passar do tempo, o diretor indicado pelo MEC conquistou a todos com sua simpatia, seu jeito simples, franco e honesto de se relacionar com todos e os funcionários o procuravam para solucionar, discutir e propor questões. Algumas eram encaminhadas por ele ao diretor do GDF; outras eram agendadas para quando se tornasse diretor oficial. A escola ficou, nesse período, em uma espécie de “pause”. Quando o diretor do GDF saiu, não houve nenhuma solenidade; passou despercebida sua saída.

Servidor B: O diretor nomeado pelo MEC foi recebido com muita desconfiança. Nós considerávamos o diretor da escola o diretor do GDF. Foi um período de muita turbulência, de incertezas. A notícia da criação da ETF já era esperada desde julho quando o diretor do MEC chegou... em outubro ela foi tomada do GDF pelo MEC. Não tinha saída.

Servidor C: O diretor do MEC, escolhido para fazer uma transição mais tranquila, é uma ótima pessoa e um gestor muito competente, nunca se meteu na administração do GDF, mesmo que em alguns momentos o devesse ter feito... sempre foi cauteloso e educado. Na verdade, até a passagem oficial, o Diretor do MEC se manteve apenas como um bom observador. Ninguém tinha dúvidas de quem era o diretor, “ainda”. Até se percebia que ele tinha vontade de ajudar. Por isso, durante esse processo, não houve nada de mudança. Na verdade, o diretor do GDF era muito ruim.

Servidor D: Acredito que o “Diretor do MEC” foi muito bem recebido. O então diretor da SEE-DF (...) foi nomeado como um cargo de natureza política. Até então não tinha nenhum vínculo com o CEP-CAB, não era bem quisto pela comunidade, era um administrador ausente. Acredito que a comunidade soube distinguir o papel do diretor da SEE-DF e do diretor do MEC. Acredito que o diretor do MEC não era visto como diretor, mas sim como “futuro diretor”. Estava apenas preparando a transição. Nesse período, a única mudança que pude perceber foi uma sensação de alívio e de esperança. A saída do diretor da SEE-DF foi quase imperceptível.

Servidor E: Toda a comunidade acadêmica deu um tratamento muito cordial ao diretor indicado pelo MEC, pois ele representava a mudança, trazia outra realidade, a visão de escola federal. Ter dois diretores foi uma tragédia no dia-a-dia da instituição. O diretor do MEC não tinha o poder de resolver, ficava impotente. O

diretor do GDF deixava de lado a escola e “corria” atrás de outra indicação política, já que não tinha mesmo compromisso com a instituição. Era uma confusão, até mesmo com os alunos, pois os mesmos não sabiam a quem se reportar em algumas situações. A saída do diretor do GDF foi um alívio para todos nós (...) sua indicação política foi equivocada e digna de uma sindicância.

Servidor F: Recebemos o diretor da transição com muito respeito. O fato de termos dois diretores foi normal, uma vez que o diretor do MEC não interferia diretamente na vida da escola; ele era uma espécie de observador. Mesmo assim, a criação da ETF em outubro foi motivo de preocupação porque não sabíamos o que iria acontecer com os servidores do GDF.

b) Estudantes:

Estudante W: A chegada do diretor foi silenciosa. Não lembro de ter havido apresentação.

Estudante X: Não tínhamos muito conhecimento da gestão do colégio, portanto, não fazia diferença se tinha um ou dois diretores.(...) Bem, acredito que as mudanças devem ser bem informadas a todos os participantes, não importa se é aluno ou servidor.

Tais manifestações demonstram que a entrada de um diretor nomeado pelo MEC perturbou a rotina da escola, pois, ao tempo em que era um alívio e uma alegria a concreção da transferência do CEP-CAB para a União por parte de uns (por causa da injeção financeira e sua consequente melhora administrativa e pedagógica), era também vista, por outros, com desconfiança e confusão em relação sobre quem detinha o poder para resolver problemas comuns e correntes que envolviam o dia-a-dia de uma instituição de ensino, principalmente, esta escola, com seus mais de dois mil hectares e sua produção vegetal e animal.

Esse antagonismo revela, ao nosso ver, que a gestão da escola não foi preparada pelo órgão superior (no caso, a SEE-DF) para a mudança de esfera administrativa que estava prestes a ocorrer, e o seu diretor muito menos se preocupou em agir de forma democrática e participativa para com seus professores, técnicos administrativos e estudantes. Todavia, esse não é um fato para se estranhar, uma vez que o diretor do momento nunca havia se comportado perante sua comunidade escolar de maneira democrática, sendo tutelado da SEE-DF, sem voz própria, como já vimos.

Foi nesse clima que, em outubro de 2007 a ETF de Brasília foi criada. Agora, o papel dos diretores se invertia. O diretor nomeado pelo GDF permaneceu até dezembro na escola. O diretor do MEC/CEFET GO assumiu suas funções como diretor da unidade de Planaltina da ETF Brasília e, como foi visto, conquistou a confiança de boa parte dos servidores. Os estudantes passaram a “aproveitar” a nova conduta da gestão escolar, pois, de acordo com o agora diretor de fato e de direito, a escola (e toda sua área de produção) era de todos. Assim, os estudantes podiam comer frutas, por exemplo, a qualquer hora, sem nenhuma preocupação com as orientações dos professores e/ou técnicos no que se refere à maturação ou colheita destas, porque, como declarou um dos entrevistados, o diretor exclamava: “as frutas são de todos os que fazem a escola!”

Fato interessante a observar nesta postura do diretor é o efeito perverso que pode causar uma concepção equivocada de democracia. Assim, o diretor do CEFET GO, ao assumir, de fato e de direito, a direção da unidade Planaltina da ETF Brasília, com o propósito de ser aceito pela comunidade escolar, ignorou as responsabilidades dos professores e dos técnicos, adotando um comportamento de permissividade em relação ao consumo de frutas da escola.

Enquanto isso, na SETEC/MEC, discussões aconteciam em torno da nomeação do diretor-geral da Escola Técnica Federal de Brasília – ETF/BsB. Este gestor assumiria a escola com a incumbência, também, de preparar todos os trâmites legais necessários para, aos poucos, deixar de ser “tutoriado” pelo CEFET GO e, ele, conseqüentemente, seria o superior imediato do diretor da unidade de ensino de Planaltina. Então, como vimos anteriormente, em dezembro de 2007, o diretor-geral da ETF/BsB é nomeado. Os trabalhos se iniciaram com a montagem da sua equipe que teve como tarefa preparar o Regimento da ETF/BsB - publicado do DOU em 8 de fevereiro (Portaria nº 203, de 07/02/2008).

Na Unidade Agrotécnica de Planaltina – UAP (nome dado pelo diretor-geral da ETF/BsB), era preparado e divulgado o edital para concurso para ingresso nos cursos de Agropecuária, Agroindústria e Turismo, subseqüentes, e para o ingresso de duas turmas para o curso de Técnico em Agropecuária integrado ao ensino médio.

Um servidor distrital assim percebeu o momento:

Servidor D: A criação da ETF já era esperada e foi recebida com tranquilidade. (...) Houve uma confusão em relação ao nome da escola. Muitos a denominavam de Unidade Agrotécnica de Planaltina – UAP. (Inclusive havia placas nas rodovias com esta denominação). Assim, a denominação marcou a mudança, mas o momento era de coisas mais importantes, como a nossa permanência e nossa situação de permanência aqui.

Para os servidores distritais havia uma questão relevante em torno da nomenclatura da escola. Por ter hoje quase cinquenta anos de existência e por se ter cristalizado o nome “Colégio Agrícola” perante o Distrito Federal, houve um choque em relação à mudança de nome da escola. “Unidade Agrotécnica de Planaltina - UAP”, como foi chamada a escola, um nome fictício criado pelo diretor-geral da ETF/BsB, que foi usado inclusive em documentos oficiais – ofícios e memorandos, enquanto o nome Unidade de Ensino Descentralizada – UnED de Planaltina não havia sido oficializado. Não entendemos o porquê dessa oficialização, pois toda ETF que possui unidades em outros locais que não sua sede, estas se denominam UnED. Porém, aqui, não compreendemos, também, a atitude da direção-geral em criar a nomenclatura UAP.

Uma preocupação muito incisiva por parte dos servidores distritais referia-se à questão de sua permanência ou não na escola. Estes servidores procuravam a SEE-DF para saber como ficaria sua situação perante a criação da ETF/BsB. Eles queriam saber se iriam continuar trabalhando para a Rede Federal ou se teriam que sair e procurar uma escola da SEE-DF onde pudessem ser lotados. A preocupação maior era dos docentes da área técnica agrícola, pois encontrar uma escola onde suas disciplinas pudessem ser ministradas não seria possível. No entanto, essa preocupação foi amenizada com a assinatura e publicação do Termo de Cooperação Técnica nº 001/08, em janeiro de 2008, possuindo vigência de 5 anos de acordo com sua Cláusula Quarta, que permitia a todos os servidores distritais (docentes e técnicos administrativos) prestarem serviço à ETF/BsB²⁹.

Sobre a participação dos servidores e estudantes da escola na confecção do Regimento da ETF/BsB observamos que houve ou pouca divulgação ou pouca adesão. Senão, vejamos o que nos dizem os servidores distritais:

Servidor A: Houve uma reunião com o Diretor (...) e todos os servidores para a construção de Regimento Interno.

²⁹ Novas inquietações provenientes deste fato surgirão somente em 2013, mas isto foge aos objetivos deste trabalho.

Servidor B: Sobre o Regimento (...) não me recordo muito bem... mas sei que houve participação daqui.

Servidor D: Em relação ao Regimento Interno aprovado em 7 de fevereiro de 2008, nossa participação foi muito pequena. O diretor da UAP propiciou espaços participativos.

Servidor F: Em nenhum momento fui convidado para participar de qualquer discussão sobre o Regimento (...)

Está claro em alguns depoimentos que o diretor convidou a comunidade para participar (pelo menos os servidores). O que deve ficar explícito aqui é que não houve muita adesão, provavelmente, pela ausência de uma cultura democrática que levasse a comunidade a participar deste importante momento: a confecção do Regimento da ETF/BsB.

Os estudantes não se manifestaram sobre isso por desconhcerem o documento. Tal fato leva a crer que os estudantes não estavam organizados enquanto corpo discente e que, devido a essa dispersão, não participavam da vida político-administrativa da escola. Ou seja, politicamente desorganizados, não participaram do processo de confecção do Regimento da ETF/BsB. Os gestores, por sua vez, não se preocuparam com o fato de dever convidá-los ou não; deixaram passar em branco, talvez por considerarem que teriam a aprovação do documento mais fácil e rapidamente.

O ano de 2008 se iniciou com a sede da direção-geral instalada nas dependências da SETEC/MEC. Isso aconteceu porque a ETF/BsB não tinha nada além do que a escola de Planaltina funcionando. Era preciso ficar independente do CEFET GO e organizar toda a parte administrativa da escola. O acesso politicamente mais fácil aos órgãos centrais e o fato de o diretor-geral da ETF/BsB já ter trabalhado no gabinete da SETEC em gestões anteriores podem ter facilitado a cessão de duas salas da SETEC para diretoria da ETF/BsB. Uma equipe muito pequena de seis pessoas fixas (servidores cedidos de outros órgãos) e alguns outros membros (servidores ou não, convidados), assessoravam o diretor-geral na construção da escola.

As aulas haviam se iniciado em fevereiro. As matrizes curriculares dos três cursos técnicos em andamento haviam sido preparadas pelos servidores distritais. O diretor administrava a escola e da sua gestão participavam os servidores distritais. As mudanças na estrutura física da escola eram intensas. As obras não paravam. Enquanto isso, os estudantes observavam o que segue:

Estudante W: As mudanças de GDF para ETF se percebeu mais nas coisas gritantes, como quando começaram a fazer obras e obras. Então, mudaram os uniformes, porque tinha no uniforme o nome da instituição que estudávamos. (No uniforme estava escrito: Escola Técnica Federal de Brasília).

Estudante X: A primeira grande mudança foi a reforma do prédio principal.

Em 18 de março de 2008, o DOU publica a Portaria nº 365, de 14 de março de 2008, na qual o ministro da Educação autoriza a ETF/BsB a promover o funcionamento de sua UnED de Planaltina. Ao nosso ver, fora de hora, talvez tarde demais, pois, a ETF havia sido criada em outubro de 2007 e desde antes da autorização ministerial já comandava a unidade de Planaltina. Não entendemos o porquê da necessidade dessa autorização do MEC para que a ETF promovesse o funcionamento de sua unidade de ensino. Não encontramos nenhuma explicação para o caso. Mas, não podemos esquecer a “tutoria” do CEFET GO (Portaria Normativa nº 28, de 13/07/2007, em vigor que, como vimos havia atribuído ao CEFET GO o encargo de adotar as medidas necessárias à implantação da ETF/BsB). Talvez isto estivesse indicando um momento preparatório para a independência da ETF/BsB. É a partir de então que o nome UAP desaparece (desaparecem as placas e também esta sigla desaparece dos

documentos oficiais); nasce, oficialmente, a Unidade de Ensino Descentralizada – UnED de Planaltina.

Como a Portaria Normativa nº 28 ainda estava vigendo, foi o CEFET GO quem preparou e publicou o edital para o concurso público para o provimento de vagas para docentes e técnico-administrativos da ETF/BsB; assim, o Diretor-Geral do CEFET GO deu posse, em 15 de abril de 2008, a esses novos servidores.

A chegada de docentes e técnico-administrativos na UnED gerou conflito de poder na gestão, pois alguns servidores distritais não queriam perder seu espaço enquanto os servidores federais buscavam o seu. E o papel do diretor?

Como vimos, o diretor da escola é o responsável por todas as ações aí desenvolvidas. Isso está posto na LDB. Ao analisá-las brevemente vemos sempre que elas indicam quem pode assumir o papel de diretor no interior de uma escola: i) em 1961, a LDB nº 4.024, de 20 de dezembro, Artigo 42, trata da qualificação do diretor³⁰, sendo necessário que o Conselho Federal de Educação – CFE definisse essa qualificação³¹; ii) em 1971, a LDB nº 5.692, de 11 de agosto, busca um diretor com qualificações mais específicas do que as definidas anteriormente pelo CFE (CARVALHO, 2008)³²; e iii) em 1996, a LDB nº 9.394, de 20 de dezembro, após a promulgação da CF de 1988 e após o termo “administração” ser substituído pelo termo “gestão”, determina que o diretor de escola tenha o curso de Pedagogia e que o ingresso ao cargo seja por eleição e experiência docente.

Diante do exposto, é notório que o diretor escolar se coloca entre dois pontos de pressão: 1. Manter a escola dentro das normas do sistema educacional, seguindo a legislação e cumprimento dos prazos (pressão de representantes do Estado) e 2. Atender a reivindicação de estudantes, professores e técnicos administrativos por medidas que proporcionem a melhoria do ensino (pressão da comunidade acadêmica).

Talvez a maneira de agir do diretor ao lidar com esses atores (que às vezes têm interesses divergentes) o possam fazer autoritário e intransigente ou democrático e identificado com os interesses da comunidade. No caso em estudo, verificamos que o diretor da UnED de Planaltina agiu dubiamente: era muito bem visto, como gestor e pessoalmente, pelos servidores distritais e muito mal visto pelos servidores federais por conta de suas atitudes administrativas.

Os servidores recém nomeados se manifestaram sobre o assunto como segue:

Servidor G: Ela [a direção] não apresentou a escola, seu funcionamento, os seus servidores e o seu corpo discente. Nós, novos servidores, é que saímos andando pela escola e conhecendo os lugares e as pessoas por conta própria.

Servidor H: Não houve apresentação dos servidores do GDF aos servidores do MEC via direção.

Servidor I: [Quando chegamos] não havia informação; eu não sabia quem estava nas posições estratégicas da administração. Aos poucos, fui descobrindo que eles [os servidores do GDF] eram muitos e que a maioria deles atuavam desconhecendo os abusos que os ‘chefes’ praticavam. Esses mesmos chefes se transferiram da escola na medida que perdiam seus cargos.

Servidor J: A direção apresentou as instalações físicas e os seus colaboradores do GDF.

³⁰ Lei nº 4.024/61, Artigo 42: O diretor da escola deverá ser um educador qualificado.

³¹ CFE Parecer nº 93/62

³² Com características de um administrador de empresas.

Servidor K: Houve uma reunião coletiva. O funcionamento da escola foi-se aprendendo... na marra!

Os depoimentos demonstram controvérsias. Para alguns, o diretor apresentou a escola (instalações físicas) e seus colaboradores do GDF³³. Para outros, não houve apresentação ou esta foi muito superficial.

Todos os novos empossados passavam as quarenta horas semanais numa sala improvisada para eles (a sala que servia de depósito para os móveis quebrados). Eles só entravam em sala de aula para seguirem com o conteúdo curricular determinado pela matriz da SEE-DF, à medida que seus professores iam pedindo transferência da escola para serem lotados em outros estabelecimentos de ensino; ou então, só o faziam porque os servidores distritais iam assumir algum cargo na gestão. O diretor da UnED não tinha, aos olhos dos servidores federais, “condição de administrar”.

Os recém professores federais não se contentavam com esta situação e reclamavam e exigiam melhores condições de trabalho. De acordo com um dos entrevistados, o diretor os pressionava com ameaças de demissão caso eles não se calassem.

O posicionamento de um professor resume assim a situação:

Servidor G: Houve [por parte do diretor da UnED de Planaltina] tentativa de pressionar os professores (...) para que eles deixassem a escola ou se calassem de vez.

Como vimos, em 28 de maio de 2008, o Diretor da UnED de Planaltina é exonerado, a pedido. “A saída do diretor nomeado pelo MEC/CEFET GO foi um balde de água fria nos servidores e alunos que acreditavam no seu trabalho” afirma um servidor distrital quando da saída do diretor da UnED, por questões pessoais.

Com isso, houve uma tentativa de mudança (física) da direção-geral da ETF/BsB para Planaltina. Tal fato não foi além de três ou quatro idas do diretor-geral e da sua equipe para Planaltina durante umas duas semanas, apesar de se ter preparado espaço físico para isso. E, em 09 de junho de 2008, por meio da Portaria nº 02, o diretor-geral designa o diretor de Relações Institucionais para responder interinamente pela UnED. Logo depois, em 30 de julho de 2008, ele próprio é efetivado no cargo (Portaria nº 356).

Sobre a designação do Diretor de Relações Institucionais para o cargo de diretor da UnED Planaltina a comunidade acadêmica assim reagiu:

a) Servidores distritais:

Servidor A: A direção (...) foi péssima. Ele não sonhou como o outro [o anterior a ele]. Não caminhou ombro a ombro nem com o GDF nem com os servidores do MEC. Ele tinha necessidade de elogios para pensar nas propostas que lhes fazíamos. Pelo menos, o que eu sugeria sempre recebia um “Não!” Mas se vinha de [outros] ... aí a proposta podia ser pensada. (...) ele tem dificuldade de “administrar” pessoas.

Servidor C: A gestão do diretor indicado pelo diretor-geral da ETF foi muito fraca. Ele é uma excelente pessoa mas não entende nada sobre o funcionamento de uma escola agrotécnica. Não creio que ele era autoritário... o que ele tinha era medo de tomar decisões, medo de gerir.

Servidor D: Sobre a nomeação do diretor: mais uma vez política, pois este não demonstrava sintonia com a política do governo federal. Após o pedido de exoneração do diretor “da transição”, o diretor da ETF nomeou um de seus

³³ Aqui, vale esclarecer que desde 1978, quando a escola passou para o GDF, quatro servidores da rede federal continuaram trabalhando no CAB. Estes servidores federais faziam parte da gestão escolar na época da transição.

assessores para dirigir a UAP. No primeiro momento, suas atitudes foram muito positivas, escolhendo alguns colegas de rede para compor sua gestão (ele também é professor da rede)³⁴.

Servidor E: O diretor nomeado pelo diretor-geral da ETF tinha uma visão mais atual do modelo de gestão das escolas federais e enquanto o diretor anterior, mesmo sendo do MEC, estava aposentado há alguns anos e desconhecia alguns trâmites legais da “coisa pública”.

Servidor F: No início, houve falta de respeito por parte do diretor indicado pelo diretor-geral da ETF, tratando com descaso os servidores do GDF, e finalmente, ele mudou sua maneira de agir, visto que os servidores eram profissionais com dedicação ao trabalho. Sob sua direção houve altos e baixos, pois não era bem aceito pelos alunos e ele também não era muito bem assessorado.

b) Servidores federais:

Servidor G: Parecia que a direção da escola queria que fizéssemos o trabalho de lecionar e só. Parecia que não deveríamos pensar em mais nada, nem mesmo em locais apropriados para estudar ou lecionar. Foi um período difícil o da direção do [diretor nomeado pelo diretor-geral da ETF]. Havia muitas promessas de mudança, mas também autoritarismo e decisões arbitrárias. Houve assédio de todo tipo e omissão de informações importantes. Não havia democracia e as decisões dos colegiados não eram respeitadas.

Servidor H: Gestão da direção muito conturbada, muito autoritária.

Servidor I: Não houve esforço nenhum para melhorar o ambiente de trabalho. A qualidade da educação gerada ali era péssima.

Servidor K: (...) trouxe muita esperança, [e depois] saiu dos trilhos. Era autoritário, faltava capacidade de gestão de pessoas. (...) Quem era amigo da Direção conseguiu seus objetivos.

c) Estudantes:

Estudante Y: A gestão do diretor não foi boa, deixou muito a desejar.

Estudante Z: O diretor não fez nenhuma “melhora” que foi grande para a escola.

Tais depoimentos demonstram que o diretor da UnEd nomeado pelo diretor-geral da ETF/BsB exercia apenas o seu papel de “guardião e gerente” daquilo que era estabelecido pelo seu chefe imediato. Sua formação era na área de eletroeletrônica e ele não tinha experiência como diretor de escola e muito menos em administrar uma fazenda com mais dois mil hectares. Este diretor também tinha uma dificuldade muito grande em lidar com a gestão de pessoas, por isso, para muitos, ele era autoritário e arrogante. Aqui, vale destacar a fala de um dos entrevistados que diz que ele não era autoritário e sim inseguro em relação ao exercício do seu papel de diretor e que, por isso, usava o autoritarismo para comandar. Ao

³⁴ Nesta fala, destacamos a confusão que este servidor faz em relação ao nome da escola. Neste momento, o nome da escola era UnED de Planaltina e não mais Unidade Agrotécnica de Planaltina – UAP.

aceitar o cargo (e, até mesmo, buscar consegui-lo) ele representou o poder político que se manifesta em qualquer esfera administrativa.

Do final de agosto para o começo de setembro, a ETF/BsB se transferiu da SETEC/MEC para um andar de um prédio alugado numa área comercial muito valorizada em Brasília. A aquisição de móveis e equipamentos deu-se por meio dos trabalhos realizados por sua assessoria administrativa.

Os projetos estruturantes, resultantes da Oficina Técnica para priorização de ações acontecida em setembro de 2008, na prática, converteram-se num relatório elaborado pelo então Coordenador-Geral de Pesquisa e Produção.

Foi nesse clima de insatisfação na ETF/BsB, tanto com a Direção-Geral (que, de acordo com muitos, “vivia no luxo”- ar-condicionado, cozinha completa, serviço de garçom, etc.) quanto com a direção da UnED (faltavam pincéis para quadro branco, papel A4, a fotocopadora estava sempre com defeito, os telefones não funcionavam), que os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia foram criados (e a ETF/BsB passou a ser Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília - IFB) em dezembro de 2008.

Com a criação do IFB (trazendo como consequência a transformação da UnED Planaltina em *Campus Planaltina – CPLA*), alguns fatos marcantes ocorreram. O Diretor-Geral da ETF não assumiu o cargo de Reitor, como todos os outros diretores das ETF criadas em outubro de 2007 o fizeram.

Os demais diretores-gerais das ETF assumiram o cargo de Reitor conforme disposto em lei (Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, Capítulo III, Disposições Gerais e Transitórias Art.14): *O Diretor-Geral de instituição transformada ou integrada em Instituto Federal nomeado para o cargo de Reitor da nova instituição exercerá esse cargo até o final de seu mandato em curso e em caráter pro tempore, com a incumbência de promover, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a elaboração e encaminhamento ao ministério da Educação da proposta de estatuto e de plano de desenvolvimento institucional do Instituto Federal, assegurada a participação da comunidade acadêmica na construção dos referidos instrumentos.*

O ministro da Educação nomeou um servidor paulista do antigo CEFET São Paulo para assumir a reitoria *Pro Tempore* do IFB (Portaria nº 26, de 08 de janeiro de 2009). A justificativa para a comunidade acadêmica pautou-se na sua experiência administrativa como diretor do CEFET SP;

A comunidade acadêmica percebeu o fato da seguinte maneira:

a) Servidores distritais:

Servidor A: O MEC teve dois pesos e duas medidas na sua atitude pedagógica e administrativa. Ao mesmo tempo que propôs uma construção da educação com a participação de todos, ele define diretor e reitor sem a opinião de nenhum servidor e de nenhum aluno.

Servidor B: A nomeação do reitor foi um fato antidemocrático. Tinha que ter eleição. O pro tempore devia ter organizado a eleição...

Servidor C: [Na época], as pessoas daqui não tinham maturidade para disputar cargos eletivos. O que incomoda é a quantidade de profissionais despreparados para o exercício do magistério.

Servidor E: Foi uma indicação política e técnica.

Servidor F: O MEC deveria ter nomeado alguém do DF que conhecesse a nossa realidade, e que tivesse competência para tal. Seria bom se pudessemos ter tido eleição para diretor, com a participação da comunidade.

b) Servidores federais:

Servidor K: [O novo reitor] trouxe muita esperança. [O diretor-geral da ETF/BsB] era um desastre. Assédio moral, desinformação... ele seria um grande Reitor no seu feudo. [O reitor nomeado pelo ministro] trouxe experiência para a gestão. Não fez a faxina total... teve dificuldades devido a alguns que não correspondem à altura que o IFB precisa.

Servidor I: Com maior compreensão da posição que o *Campus* Planaltina ocupava no cenário do Instituto, encarei como normal a nomeação de um reitor pro tempore pelo ministro com o perfil (do indicado). O fato do [então diretor do *Campus*] não ser nomeado reitor já era esperado por mim, uma vez que o mesmo não apresentava perfil à altura do cargo. Hoje, infelizmente, observo que essa questão de perfil é secundária e que é a questão política que fala mais alto para a ocupação de cargos-chave no IFB. Esse fato, combinado com muitos outros, leva-me a perceber a existência de um grupo político dominante no IFB; suponho até articulado com outros grupos dominantes em outros institutos, que está extremamente interessado na desarticulação política de seus servidores e não na democratização dos processos. O ano passado (2009) foi marcado por uma luta desgastante de um grupo de servidores pela democratização dos processos no Instituto.

Servidor G: [Com a nomeação do Reitor pelo MEC] inicialmente, quase todos acreditaram que as coisas iriam mudar. Recebemos bem o servidor do CEFET SP, mas depois de algum tempo....

Servidor H: O processo de indicação do reitor parecia normal para a ocasião.

c) Estudantes:

Estudante Y: A gestão do 1º Reitor foi regular; não mudou muita coisa.

Estudante Z: Ele [o Reitor] deveria ter sido mais presente aqui no colégio.

Nos depoimentos dados pelos servidores distritais e federais, observamos a ânsia por uma gestão democrática da escola pública baseada na ação participativa de seus pares. A vontade de que o Reitor *Pro Tempore*, nomeado pelo Ministro, pudesse ter organizado uma eleição direta para que os servidores e os alunos do IFB escolhessem seu Reitor é considerada como essencial para a construção de um IFB coerente com as normas do MEC.

Houve, ainda, por parte dos entrevistados, uma indignação clara em relação à manutenção de quase todos os cargos deixados pelo ex-diretor-geral. Como exemplo, citamos o de Chefe de Gabinete (o Reitor *Pro Tempore* manteve como sua Chefe de Gabinete a mesma Chefe do diretor-geral da ETF/BsB) e, especificamente em relação ao CPLA, ele manteve o seu diretor, mesmo não o conhecendo como gestor. Dessa forma, reforça-se a suposição de que esses cargos sejam nomeações políticas mesmo, que fogem da alçada de quem administra.

Nesse contexto, houve uma mobilização intensa por eleições diretas para Reitor por parte do CPLA, apesar de alguns acharem que não havia quadros com capacidade para assumirem uma Reitoria. Esta mobilização foi acompanhada de desgaste físico e emocional intenso por parte de quem lutava por uma escola democrática. Nada foi concretizado e a luta esvaiu-se

quando o MEC avisou que estava preparando regulamentação para o processo de escolha de dirigentes no âmbito dos Institutos Federais.³⁵

Permeando todo esse clima, os professores se reuniam para discutir o aspecto pedagógico da escola. Tais reuniões representavam, principalmente, uma maneira mais contundente de os professores federais avisarem para toda a comunidade acadêmica que haviam, de fato, chegado à escola.

3.3.1 A (re)construção das Matrizes Curriculares, a elaboração do Estatuto e do Plano de Desenvolvimento Institucional

Com a criação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília - IFB) em dezembro de 2008, caberia elaborar as normas para seu funcionamento³⁶. Seguindo os padrões ditados pelo Decreto nº 6.095, de 24/04/2007, tão logo uma instituição passe a ser Instituto Federal, esta deverá elaborar projeto de Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) – segundo o que definiu o Artigo 16 do Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, e demais normas.

O Reitor tem, então, a incumbência de promover a elaboração e o encaminhamento ao MEC da proposta de estatuto e de PDI, assegurada a participação da comunidade acadêmica na construção desses documentos, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias.³⁷

Analisaremos o processo de (re)construção das matrizes curriculares para em seguida tratar da história da construção do estatuto e do PDI.

3.3.1.1 A (re)construção das Matrizes Curriculares

Paralelamente ao cotidiano escolar³⁸, um grupo formado por docentes e técnicos administrativos – servidores federais e distritais - se reunia para a (re)construção das matrizes curriculares.

De acordo com os professores, havia uma necessidade de melhorar a matriz para que esta pudesse prover os alunos de requisitos imprescindíveis para que um bom técnico entrasse no mercado de trabalho, como também para melhor formar o cidadão. Em acréscimo, os professores de Arte queriam fazer constar sua disciplina no currículo (uma vez que este componente curricular era obrigatório, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio - Parecer CEB/CNE nº 15/98), pois na matriz da SEE-DF essa disciplina não havia sido ofertada no 1º ano. Foi por isso que, desde que chegaram, os professores da rede federal começaram a ministrar oficinas de arte e cultura. Elas eram oferecidas nos horários livres dos alunos. As oficinas eram as seguintes: oficina de canto coral, oficina de desenho, oficina de luta (artes marciais). Os professores ofereciam também cursos de língua

³⁵ Somente em 20 de outubro de 2009 foi exarado o Decreto nº 6.986 para disciplinar o processo de escolha de dirigentes dos IF. O seu Artigo 1º reza: “ Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, criados pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, serão dirigidos por um Reitor, nomeado pelo Presidente da República, a partir da indicação feita pela comunidade escolar, de acordo com o disposto neste Decreto”.

³⁶ A partir do momento em que o IFB foi criado, o Regimento que normatizava a ETF/BsB desapareceu com ela.

³⁷ Capítulo III Disposições Gerais e Transitórias, Art. 14 da Lei nº 11.892/2008.

³⁸ Referimo-nos aqui ao fato de todos os professores da RFEPT estarem em sala de aula, lecionando suas respectivas disciplinas

estrangeira abertos à comunidade (Inglês e Espanhol). Contudo, estes docentes preferiam que esses componentes estivessem no currículo, formalmente.

O trabalho de reconstrução das matrizes foi, ao nosso ver, um trabalho onde houve maior liberdade de expressão dos professores. Por dominarem o processo de formação de um técnico e por quererem entrar efetivamente da vida escolar, o trabalho foi feito de forma participativa. Lembramos o que Lück (2010) afirmou em relação à questão da participação na gestão educacional em torno dos objetivos educacionais: construir o compromisso de todos. Todavia, o diretor do CPLA não participava desse processo, ou por desconhecimento ou por ter outras atividades que julgasse mais necessária sua presença.

Como exemplo do que foi feito (e refeito), apresentamos em anexo (ANEXO E) os quadros das matrizes do curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio³⁹ ofertados pelo CPLA a partir do 1º semestre de 2008 até 2010 quando os alunos deste curso concluíram seus estudos.

Para facilitar o entendimento e demonstrar, na prática, como se deu o processo de (re)construção das matrizes, informamos que em 2008 – I, os alunos do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio estavam seguindo a matriz curricular proposta pela SEE-DF. Dessa forma, fizeram todo o primeiro ano; porém, durante o fim de dezembro de 2008 e o mês de janeiro de 2009, nas várias reuniões sobre matriz curricular, os professores federais (em sua maioria, porque aqueles redistribuídos, com mais tempo de serviço, estavam em período de férias) acompanhados de alguns professores distritais resolveram mudar a matriz curricular do curso transformando-o em curso semestral. A explicação para a decisão foi a de que, somente dessa forma, o ensino médio se adaptaria à matriz curricular que estavam propondo para o curso técnico.

Os fatos que ocorreram após essa mudança foram vistos e analisados como sendo prejudiciais ao processo ensino-aprendizagem por aqueles que não participaram da decisão de mudança de anual para semestral. Os alunos, que em nada participaram do processo, ficaram chocados com a ideia de poderem sair reprovados no meio do ano. Aliás, a escola nem tinha como manter turmas de reprovados no meio do ano - nem sala de aula nem professores tinha para isso. E se os estudantes quisessem deixar a escola por algum motivo extraordinário, eles perderiam seis meses de estudo? Os professores que chegaram de férias ficaram impressionados e surpresos com a decisão da gestão. De imediato, perguntaram pela legalidade do ato. Como resposta, disseram que a Coordenadora de Ensino do IFB havia ido ao CNE para uma consulta a esse respeito e lá foi informada que não havia nada contra isso. Porém, nunca se viu documento nenhum a respeito da tal consulta.

Houve total confiança do diretor do CPLA em sua equipe de coordenadores. Porém, cabe indagar se sua atitude como gestor em deixar a responsabilidade para sua equipe foi ou não a causa de tantos transtornos. Ele não previu a falta de condições físicas e de pessoal e nem alertou sua equipe para isso. Muito menos pensou na situação em que estava inserido o corpo discente. Dessa forma, o desenrolar das decisões tomadas obrigou sua equipe pedagógica a retomar o problema. Depois de uma reunião de colegiado, decidiu-se pela volta do regime anual. (Esse fato foi muito bem recebido pelos alunos). O mesmo diretor que havia aprovado o regime semestral ouviu do seu coordenador-geral de ensino que seria necessária a

³⁹ Escolhemos o Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio por ser, em 2008 – I, o curso que apareceu como “novidade” no CPLA. Porém, o trabalho de (re)construção das matrizes foi feito para todos os cursos da escola, a saber: Curso Técnico em Agropecuária Subsequente ao Ensino Médio; Curso Técnico em Agroindústria Subsequente ao Ensino Médio; Curso Técnico em Agroindústria Integrado ao Ensino Médio (a 1ª turma teve ingresso em 2009 – I); Curso Técnico em Turismo Subsequente ao Ensino Médio que, com a reconstrução da matriz, se transformou em Curso Técnico em Guia de Turismo.

reorganização das matrizes. Para ilustrar o que feito, a matriz curricular para o Curso Técnico de Agropecuária Integrado ao Ensino Médio foi assim organizada:

- i) Matriz em regime modular anual, com duração de 3 anos, organizada pela SEE DF, em 2007 (esta matriz só foi seguida pelos estudantes que ingressaram no ano de 2008 – I);
- ii) Matriz em regime modular semestral para os ingressantes em 2009- I e para o, agora, 3º semestre dos ingressantes em 2008 – I; no segundo semestre de 2009, volta-se ao regime anual e as matrizes precisam ser readaptadas;
- iii) Matriz Curricular para os ingressantes em 2010, em regime anual, com duração de 3 anos.

Havia duas turmas de Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio. Com reprovações e desistências, essa turma chegou ao 2º ano com 31 alunos. Foram esses trinta e um alunos que vivenciaram esse processo sofrendo todas as suas consequências.

Como vimos, o trabalho de (re)construção das Matrizes Curriculares foi participativo, apesar de não ter sido bem sucedido.

3.3.1.2 A elaboração do estatuto

Seguindo o que foi enunciado pelo Decreto. nº 6.095/07, a Reitoria do IFB se organizou para elaborar o Estatuto da instituição escolar, um dos seus instrumentos normativos. A Reitoria do IFB preparou um documento inicial a partir do qual a comunidade acadêmica pudesse trabalhar.

Como o CPLA era, no momento, o único *Campus* em funcionamento, a Reitoria marcava reuniões neste *Campus* para apresentação do documento e possíveis discussões. Um formulário para proposta de emenda ao estatuto do IFB (ANEXO F) foi deixado no balcão de recepção para aqueles que quisessem propor emendas ao estatuto. Mesmo assim, muitos professores deixavam de comparecer às reuniões por motivos diversos (“de nada adianta”, “a Reitoria só aprova o que quer”, ou então, por não querer participar mesmo, dentre outros); muitos compareciam e havia embates entre posições divergentes. Numa dessas reuniões, um docente do CPLA conseguiu sua suspensão, pois não concebia uma discussão importante como aquela sem a presença de alunos (eles não haviam sido convidados para nenhuma reunião até o momento). Foi nesse clima de participação não muito efetiva que o Estatuto foi construído. Alguns estudantes compareceram à reunião seguinte, porém, aos poucos foram deixando o recinto.

Houve três versões para o estatuto: uma, datada de 07 de abril de 2009; outra, datada de 17 de junho de 2009; e a última, publicada, datada de 17 de agosto de 2009. A versão na qual o CPLA concluiu suas propostas foi para a Reitoria e voltou com alguns ajustes, porém, até julho de 2009 o estatuto não havia sido publicado.

Para melhor esclarecer os fatos, consideramos necessário informar que o documento publicado em agosto de 2009 não é o documento discutido com a comunidade acadêmica do CPLA. Além de algumas mudanças na forma, nas quais não há nenhum tipo de problema, há artigos modificados em relação ao conteúdo. Por exemplo:

- a) Versão conjunta Reitoria – CPLA:

Art. 1º (...)

§ 1º O Instituto Federal de Brasília é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na harmonia e integração entre humanidades e técnica, e ciência e tecnologia, na prática pedagógica.

b) Versão publicada em 17/08/09, pela Reitoria:

Art. 1º (...)

Neste Artigo 1º, um parágrafo foi acrescido (parágrafo 1º) e informa o domicílio do IFB. O parágrafo 2º passou a ter a seguinte redação:

§ 2º O Instituto Federal de Brasília é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular, multicampi e descentralizada, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com sua prática pedagógica, e tem como sedes, para fins da legislação educacional as seguintes unidades: (...)

A “base na harmonia e integração entre humanidades e técnica, e ciência e tecnologia, na base pedagógica” sustenta-se no que exara o Parecer CNE/CEB nº 39, de 8 de dezembro de 2004. De acordo com ele, não se pode organizar o curso integrado (médio/técnico) com distinção entre duas partes (médio e técnico), pois o curso técnico integrado ao ensino médio deve ser considerado como um curso único. Assim, o ensino médio é a base de sustentação indispensável em termos de educação integral do cidadão, sendo necessário “buscar um tratamento curricular integrado que garanta isso tudo de forma sincrônica, eficiente e eficaz” (PARECER CNE/CEB nº 39/2004).

Os autores da sugestão não compreenderam a retirada da questão discutida sobre a base harmônica e integração entre humanidades e técnica, uma vez que a escola ministra curso integrado (médio / técnico). Um grupo se reuniu e questionou o Reitor sobre isso e sobre o fato de ter havido mudança, também, no Capítulo III – Da Organização Administrativa, onde aparecia uma nova denominação para as pró-reitorias, e a supressão da Ouvidoria.

Os responsáveis pelas mudanças dos artigos 1º e 7º indagaram o Reitor sobre a não publicação do que foi acordado:

O comentário de um servidor federal revela:

Quando questionamos tais mudanças, o Reitor nos respondeu que o MEC havia mudado a redação. Quando perguntamos ao MEC, nos disseram que esse Ministério não mudou nada... ai, tivemos respostas diferentes que agora não estão esclarecidas.

Lembramos aqui que gestão democrática e participativa “supõe a transparência de processos e de atos” (Cury, in OLIVEIRA, 2008, p. 205). Segundo Demo (2009), aquele que acredita em participação, estabelece uma disputa com o poder, ou seja, a participação é outra forma de poder. Por isso, esse autor afirma que só há participação verdadeira se ela for conquistada. “É isto fundamenta a dimensão básica da cidadania” (DEMO, 2009, p. 23).

A mudança na redação do estatuto do IFB publicado pela Reitoria demonstra notável desconsideração de trabalho em conjunto, não visando a uma gestão democrática da escola pública, de acordo com a legislação vigente.

3.3.1.3 A elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI

Paralelamente à construção do Estatuto, deu-se a elaboração do PDI.

Em 31 de março de 2009, o Reitor *Pro Tempore* do IFB instituiu a Comissão de Elaboração do PDI, por meio da Portaria nº 44.

As reuniões para sua confecção aconteceram na Reitoria.

No CPLA, uma comissão foi designada para participar do PDI, principalmente na confecção dos Planos de Curso. Alguns servidores disseram durante as entrevistas que

participaram “obrigatoriamente”, pois, não foram questionados sobre querer ou não fazer parte da comissão. Não ficou claro quais os critérios utilizados pela Reitoria para a “escolha” dos membros que participariam da confecção do PDI.

Muitos servidores reclamaram tanto da indicação do seu nome quanto da sua não indicação. O que levaria um servidor a não querer participar de um processo democrático nos faz acreditar que nessa altura dos acontecimentos o desgaste político já era tamanho por parte dos servidores do *Campus* Planaltina que muitos haviam desistido de participar. Porém, vale aqui lembrar que participar não é questão de querer ou não querer, uma vez que mesmo aqueles que são ou ficam passivos são usados pelo grupo dominante como sinal de concordância com suas decisões. (DALLARI, 1983).

A Comissão de Elaboração do PDI sempre abria as reuniões no CPLA destacando que um dos itens do seu perfil institucional refere-se à missão de “oferecer ensino, pesquisa e extensão no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, por meio da produção e difusão de conhecimentos, contribuindo para a formação cidadã e o desenvolvimento sustentável com destaque para os seguintes valores: (...) III. Gestão democrática e participativa”. Vimos que, para que a gestão escolar seja participativa, fica a cargo dos gestores propiciar um ambiente adequado para que se possa lutar para que haja participação de todos com a superação dos condicionantes ideológicos. Isso não aconteceu no CPLA.

Sobre a (re)construção das matrizes curriculares e participação na confecção do PDI, assim se posicionaram os:

a) Servidores distritais:

Servidor B: Participei da construção da matriz, mas foi tempo perdido porque a palavra final foi a do diretor de ensino. Não participei do PDI.

Servidor C: Nas matrizes curriculares não tive nenhuma participação e com relação ao PDI eu participei elaborando algumas diretrizes do meu setor.

Servidor D: Eu tive grande participação na elaboração da matrizes, mas, nenhuma participação no PDI.

Servidor E: Minha participação no PDI foi na votação de alguns tópicos.

Servidor F: Não tive nenhuma participação nem na reconstrução ou construção das matrizes curriculares e nem fui convidado a participar do PDI.

O depoimento do servidor F demonstra claramente que os critérios para a escolha daqueles que participariam da confecção do PDI não ficaram claros. Sobre a construção / reconstrução das matrizes curriculares e sua não participação talvez possa ser explicada pela especificidade do assunto. Isso demonstra uma falha no processo democrático pois deve-se criar uma cultura de participação efetiva na escola e o gestor (diretor) é o responsável pela criação de um ambiente adequado para tal.

b) Servidores federais:

Servidor G: Nós, novos servidores, (...) fizemos uma lista do que precisava para mudar na escola, embora estivéssemos acabando de chegar, e organizamos reuniões para pensar juntos em como faríamos as solicitações e a quem. Vários de nós questionaram o então diretor-geral da ETF e o Diretor da Unidade Agrotécnica de Planaltina inúmeras vezes a respeito dos vários instrumentos legais da escola e eles respondiam que não precisávamos nos preocupar com isso, pois esses documentos já estavam sendo feitos pelo MEC, pelo pessoal da Unidade Sede. Tentei participar da

construção das matrizes curriculares, mas a imposição da reitoria foi tanta que acabei contribuindo menos do que esperava e desejava. Na execução do PDI, apesar de demonstrar interesse diversas vezes, não pude (participar) pois apenas alguns foram indicados e puderam participar. Até hoje (2010) esses documentos estão inacabados, com problemas textuais e sem aprovação pelo MEC.

Servidor H: O PDI foi feito a “toque de caixa”. Não houve tempo para discussão. As matrizes e o PDI... as decisões não eram de fato vindas da base. Havia alteração.

Servidor I: No que diz respeito às matrizes curriculares, participei de discussões relacionadas e pude contribuir no ajustamento das cargas horárias dos cursos. Quanto ao PDI, participei atentamente das poucas discussões, mas o que sei é que nunca houve revisão do documento porque a equipe que deveria fazer isso nunca se reuniu. Dentre as reivindicações daquele grupo (o grupo que lutava pela democratização no IFB) encontrava-se a criação de instâncias representativas da comunidade acadêmica, como sindicato de servidores, CPPD⁴⁰, CISTA⁴¹ e Conselho Superior por vias democráticas, bem como a construção participativa de documentos oficiais como o estatuto do IFB (...) (mas) ficou claro o tamanho da força política que sustenta a atual gestão e o porquê da luta dessa gestão pela não democratização dos processos. Da articulação desses interesses políticos dominantes, surge um decreto presidencial proibindo eleições no IFB por um longo período. Esse fato me entristece muito, pois simboliza os limites do estado democrático brasileiro.

Servidor J: Minha participação do PDI foi obrigatória pois fui convocado e não convidado.

Servidor K: [Sobre as matrizes] foi intensa a minha participação. Reuniões longas, exaustivas que ajudaram a construir um pedaço da nossa identidade.

Servidor L: Participamos da leitura do documento (PDI), votamos adequações, supressões e emendas.

c) Estudante

Estudante W: (...) referente às matrizes... não sabia o que era... não havia esclarecimentos.

Estudante X: Não fui convidado a participar de reunião ou de reuniões sobre a nova construção das matrizes curriculares nem do PDI.

Estudante Y: Nós, alunos, não tínhamos vez.

Estudante Z: O diretor nem ouvia os alunos...

O PDI foi encaminhado ao MEC, em 29 de junho de 2009, por meio do Ofício nº 227/2009 RIFB⁴².

O trabalho de elaboração do PDI foi tenso e controverso. Os docentes do CPLA, por terem sido obrigados a participar do processo de confecção, se sentiam sufocados nos dias das reuniões. Estas reuniões se davam no CPLA. A reitoria enviava seus coordenadores que faziam uma reunião geral e depois dividiam o grupo de acordo com sua área de atuação (agropecuária, agroindústria e guia de turismo). Em algumas equipes, o coordenador que vinha da Reitoria não estava seguro sobre os pontos a serem trabalhados. Isso gerava um desgaste muito grande por parte dos membros dessas equipes que perdiam tempo

⁴⁰ CPPD – Comissão Permanente de Pessoal Docente.

⁴¹ CISTA – Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Servidores Técnico-Administrativos.

⁴² RIFB – Sigla usada pelo protocolo do IFB quando um documento é expedido pela Reitoria.

questionando-o sobre como proceder diante de tantas dúvidas. Os grupos também reclamavam da pressa com que tinham que entregar o trabalho. Havia “tarefas de casa” e, muitas vezes, os grupos se reuniam além do horário de expediente para dar conta do trabalho até a semana seguinte quando a equipe da reitoria voltava ao CPLA.

Por fim, o PDI foi feito “a toque de caixa” - somente para ser entregue na data determinada pela Lei. A promessa do Diretor de Desenvolvimento Institucional era a de que depois teríamos mais tempo para revê-lo e com mais calma poderíamos acertar alguns pontos que necessitassem de ajuste. Isso nunca foi feito.

3.4 A questão da participação e a democracia

Se tomarmos como referência o que reza a legislação vigente: que o ensino seja ministrado tendo como base a gestão democrática do ensino público, a participação assume papel primordial, pois apresenta uma proposta de trabalho baseada no diálogo e na valorização das pessoas, sendo estas percebidas como agentes. Com foco no indivíduo, a gestão participativa na escola eleva a qualidade educacional e a torna compatível com a ajuda para formação da cidadania.

Com base na visão supracitada, nós iniciaremos a análise referente à participação da comunidade acadêmica do CPLA no processo de transição de esfera administrativa, primeiramente a partir dos servidores distritais.

Os servidores distritais se sentiram muito incomodados com as várias mudanças de nome da escola. O nome “Colégio Agrícola” era (e continua sendo) uma marca forte no Distrito Federal e, principalmente, em Planaltina. A mudança de nome foi, para eles, uma agressão à história local. Eles acreditavam que, se pudessem ter participado da escolha do nome, teria prevalecido o nome “Colégio Agrícola”.

Na verdade, o que faltou mesmo foi diálogo entre o MEC e a SEE-DF para, juntos, informarem à comunidade acadêmica que a Rede Federal possui nomenclaturas formais para suas escolas: toda ETF que possuísse outro centro de ensino, este se chamaria UnED. Agora, todo IF possui *Campus*; UnED e *Campus* eram/são acompanhados do nome da localidade onde estavam/estão inseridos.

Os servidores distritais assim viram o fato:

Servidor A: Não tivemos oportunidade sequer de dar opinião sobre a mudança do nome da escola.

Servidor B: O nome da escola foi mudado sem consulta ou sem, pelo menos, informação para nós... foi uma quebra de paradigma que não foi aceito pela comunidade em geral.

Servidor D: Veja a confusão com o nome da escola CEP/CAB; o Colégio Agrícola, passou para Unidade Agrotécnica de Planaltina [UAP], passou para UnED Planaltina, agora é *Campus* Planaltina (igual ao da UnB), nós não participamos da escolha do nome, e só víamos as mudanças... isso afeta na nossa participação da escola... na nossa identidade.

Servidor F: Até hoje, se você não disser “eu trabalho no colégio agrícola”, ninguém sabe onde você trabalha. O problema é que nós não participamos dessa história de mudança de nome... não houve um trabalho de apresentação da nova estrutura para a comunidade.

Uma observação feita por um outro servidor distrital se refere à questão de nunca ser ouvido quando de sua tentativa de participação na gestão escolar:

Servidor A: O fato de eu nunca ser atendido nas minhas reivindicações e/ou sugestões me desestimulou... hoje, não participo (...) fiquei insatisfeito (...).

Ora, se vimos em Lück (2000) que a participação é caracterizada “por uma força de atuação consistente pela qual os membros da escola reconhecem e assumem seu poder de exercer influência (...)” a atitude da gestão do CPLA está longe ser compatível com a legislação / literatura que aqui pusemos em voga. “Nunca ser atendido” é, talvez, nunca ser ouvido. Isso em nada converge para uma gestão democrática da escola pública.

Os servidores federais, por sua vez, consideravam que sua participação deveria acontecer no dia-a-dia da escola, nas decisões de caráter administrativo e pedagógico. Estes servidores tentaram formar uma cultura de participação efetiva na escola, mas encontravam sempre uma barreira imposta pelos gestores (diretor e coordenador de ensino, principalmente) que não promoviam a criação de um espaço propício para que houvesse participação.

Vejamos alguns relatos dos servidores federais:

Servidor G: Nós tentávamos participar da gestão mas não éramos ouvidos...e aí?

Servidor I: A luta [pela democratização da escola] foi duramente combatida pela equipe de gestão.

Servidor J: Tentamos participar mas não valeu nossa posição.

O fato de quererem ser ouvidos pela gestão escolar é um dos exemplos que revela que esses professores já traziam no bojo de suas experiências o conceito intrínseco de que na escola, vista como espaço cultural, cabia uma participação como consolidação da cultura democrática. Porém, com o rompimento do fluxo social (que, nesse caso, o normal teria sido o Reitor *pro tempore* nomear seus pares para os cargos de confiança) o poder-sobre impera anulando poder-fazer. Daí, mais longe se fica de uma gestão democrática e participativa.

Para os estudantes, vale destacar que o contato com novos professores fez com que vissem uma nova relação ensino-aprendizagem: os professores traziam novas visões sobre didática (pelo menos para os estudantes) e isso deu um ânimo novo à escola. Havia oficinas de teatro, de canto-coral, de desenho livre, de luta, por exemplo. Isso os estudantes não tinham antes. Porém, devido a uma série de dificuldades de material e apoio didático, as oficinas foram perdendo o número de alunos matriculados na sua fase inicial. Este fato é até comum, passada a fase de euforia pelo novo, mas o que os estudantes sentiram foi a desolação dos docentes em relação ao seu trabalho:

Estudante W: Os professores chegaram com muita garra (...) mas desfaleceram dessa garra porque eram impedidos ou não tinham apoio em suas novas ideias.

Os estudantes também solicitavam aos gestores uma lanchonete onde pudessem ter opções de alimentação, além de um lugar para conversar; todavia, de acordo com eles:

Servidor G: Nós queríamos participar, mas não éramos correspondidos com os nossos pedidos e opiniões.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal objetivo deste trabalho foi estudar a gestão escolar do atual *Campus Planaltina* do IFB, confrontando-a com a legislação vigente e tomando como referência a (re)construção de suas matrizes curriculares e a elaboração do Estatuto e do Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI pela comunidade acadêmica, durante o período de transição de uma escola que passou da esfera administrativa distrital para a esfera administrativa federal. O período de transição aqui analisado (2007 – 2009) refere-se ao momento em que esta unidade de ensino volta a pertencer à União, no contexto da expansão das escolas da rede federal de educação profissional e tecnológica - SETEC/MEC (a partir de 2005).

Não nos interessa aqui tecer quaisquer juízos de valor referentes a comportamentos e/ou atitudes de qualquer um dos atores que, direta ou indiretamente, participaram desta pesquisa. Simplesmente analisamos a gestão escolar no confronto entre o que reza a nossa legislação educacional e o que, de fato, acontece quando essa legislação é posta em prática, o que implica em tratar a relação entre poder e educação, levando em consideração o poder-fazer, isto é, o poder social, que envolve relações entre indivíduos ou grupos. Tratamos, também, da relação entre participação e democracia que está inserida no tema da gestão escolar.

Quando falamos em legislação aqui, nós nos atemos ao que está na Constituição Federal e na LDB, ou seja, a gestão democrática do ensino público; é esta gestão que deve supor transparência: é esta gestão que tem a obrigação de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e mais igualitária formando, para isso, cidadãos mais conscientes.

Sabemos que, nos dias atuais, vivenciamos uma sociedade na qual as práticas sociais e políticas já estão mais direcionadas para a democracia. Mesmo levando em conta as consequências desastrosas que o regime militar causou em nossa sociedade e todo o ranço que ainda impera em alguns atos que envolvem as questões de poder, não podemos deixar de destacar que a luta por uma sociedade democrática, de uma forma bem determinante, resvalou na educação. Como um dos exemplos, citamos a volta, sob a forma da lei, de disciplinas da área de humanidades, como Filosofia e Sociologia, que em muito contribuem para a formação de cidadãos mais conscientes.

Este trabalho procurou analisar, por meio de entrevistas semiestruturadas, a gestão de uma escola pública em meio a um processo difícil e turbulento de mudança de esfera administrativa.

Difícil porque o processo de expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica, iniciado ainda no primeiro governo do presidente Lula da Silva (2003 – 2006) e que teve continuação no seu segundo mandato (2007 – 2010), não condizia nem com a política adotada pelo então governador Joaquim Roriz, que governou o Distrito Federal de 1999 até 31 de março de 2006, nem com aquela adotada por sua sucessora, Maria de Lourdes Abadia, que governou até José Roberto Arruda assumir o governo da capital federal em 1º de janeiro de 2007. Nem o governador Roriz nem a governadora Abadia compartilhavam com a ideia de que o CEP-CAB pudesse voltar para a União. Os motivos encontrados nesta pesquisa não vão além dos motivos políticos: a escola, mesmo sucateada, servia de “cabide de emprego”, apesar de receber aporte financeiro do MEC, por meio do programa de Expansão da Educação Profissional – PROEP, resquício do governo FHC, haja vista a nomeação de diretores para o CEP-CAB não comprometidos com as questões educacionais, de acordo com o ponto de vista dos servidores distritais entrevistados.

Turbulento porque, apesar de o MEC conseguir com o governador Arruda a devolução do então CEP-CAB à União, as conversações e os acordos não foram realizados às claras,

com transparência, em relação à comunidade de Planaltina. Esta até tentou participar, quando, em 2007, mobilizou um grupo de docentes e técnicos administrativos em exercício no CEP-CAB para discutirem a questão da transferência da escola para a União. Este grupo encaminhou ao Secretário de Educação Profissional e Tecnológica da SETEC/MEC documento (ANEXO G) solicitando ajuda para que interferisse junto a SEE-DF sobre sua possível permanência na escola após a “federalização” desta, uma vez que nesta secretaria eles não foram ouvidos.

Em seguida, este grupo tentou mobilizar os servidores em uma reunião para que discutissem sobre a transferência da escola para o governo federal; o grupo chegou a procurar deputados distritais que pudessem ajudar nessa campanha (ANEXO H). Contudo, poucas foram as respostas concretas que este grupo obteve.

Em 11 de outubro de 2007, servidores distritais encaminharam ao Secretário da SEE-DF, documento de solicitação de audiência (ANEXO I) no intuito de entender em que condições estavam sendo realizadas as negociações referentes à transferência do CEP-CAB para a União e como esta se formalizaria legalmente.

Poucas eram as respostas concretas que este grupo obtinha.

Diante do exposto, iniciamos nossa pesquisa ouvindo atores que vivenciaram o processo de transição: servidores distritais, servidores federais e estudantes matriculados no período demarcado como sendo nosso recorte temporal (julho de 2007 a julho de 2009 – o período de transição propriamente dito).

A análise dos depoimentos e do processo de transição nos levaram a constatar que os dirigentes escolares exerceram em algumas situações uma gestão democrática e participativa, conforme determina a legislação vigente. Citamos aqui as várias reuniões que foram promovidas tanto pela direção da escola como pela Reitoria. Contudo, essas ações não foram suficientes para que possamos afirmar que, durante o processo de transição, a gestão se deu sob a forma da lei, pois em outras situações, principalmente na elaboração do Estatuto e do PDI, prevaleceu a força de quem detém o poder e, em consequência disso, ações antidemocráticas. Exemplificamos isso com a publicação do estatuto numa versão diferente daquela que foi acordada em reunião. Outro exemplo foi o caso do PDI, que, feito a “toque de caixa” apenas para cumprir o prazo estipulado por lei, como se referiu um dos entrevistados, não voltou a ser discutido conforme prometido pelos dirigentes escolares.

Verificamos que um dos fatos que abalou a comunidade de Planaltina foi a mudança constante de nome da escola até se tornar o *Campus* Planaltina, sem que os servidores distritais tivessem sido questionados sobre o assunto, revelando uma quebra de paradigma acentuada na herança histórica local.

Observamos que o choque entre servidores de esferas administrativas diferentes num mesmo local de trabalho se deu porque a gestão não soube administrar o fato democraticamente. Isso fica comprovado nos dias atuais, com o bom relacionamento que há entre todos que compõem a comunidade acadêmica e que foi resolvido com o passar do tempo. Sim, o tempo; foi ele quem impôs sua lógica adequadamente, até provar que cabiam todos na escola, sem distinção.

Talvez tenham acontecido ações antidemocráticas pela dificuldade de agir democraticamente de um povo que viveu mais de vinte anos sob uma cruel ditadura militar, quer seja dialogando com seus pares (participação) quer seja esclarecendo pontos que por motivos quaisquer necessitem de explicação (transparência), e/ou talvez porque nossa legislação ainda deixe brechas para que o poder de mando de alguns para obter qualquer benefício próprio se sobreponha à vontade da coletividade.

Esperamos que este trabalho venha servir como contribuição concreta para todos aqueles que vivenciam a prática educativa, uma vez que a pesquisa mostrou a importância da luta por uma escola democrática, que une e reúne cidadãos em torno de princípios como os de

justiça e igualdade, que contribuem para termos uma sociedade mais fraterna. Por isso, para finalizarmos nossa pesquisa e não os nossos estudos - pois consideramos que além deste, ainda possamos contribuir muito mais para que a gestão democrática da escola pública se firme - transcrevemos Cury, em Oliveira (2008):

(...) a gestão não é só o ato de administrar um bem fora de si (alheio) mas é algo que traz em si, porque nele está contido. E o conteúdo deste bem é a própria capacidade de participação, sinal maior da democracia.(Cury, in OLIVEIRA, 2008, p. 205).

O princípio constitucional da gestão democrática da escola pública supõe estratégias legais de participação dos profissionais da educação na elaboração, por exemplo, do projeto pedagógico da escola. Nesse contexto, a “cidadania ganha cada vez mais centralidade nas reflexões pedagógicas, situada como a intencionalidade da educação”. (Bordignon. In: FRIGOTTO e CIAVATTA, 2004, p. 293). Contudo, vimos que o processo de transição passou alheio aos estudantes. Se eles tivessem tido mais oportunidade de participação, isto poderia ser um elemento fundamental na sua formação cidadã.

A gestão democrática da educação, compreendida como um recurso de participação humana e de formação para a cidadania, possibilita o desenvolvimento da própria cidadania por meio da cultura – trabalho e organização coletiva. Daí surge a necessidade da participação política, uma vez que envolve interesses e organização da sociedade. Esta participação, associada à formação de qualidade, vai possibilitar o exercício da cidadania, donde se conclui que o cerne da participação é a educação. Esta deve ser sempre colocada a serviço de novas finalidades para poder construir um futuro mais comprometido com toda a humanidade. (FERREIRA, 2000).

(...) a gestão democrática da educação para uma formação humana necessita revalorizar o conhecimento-emancipação (...) que significa transformar a solidariedade em saber-poder hegemônico. É a revalorização da solidariedade como forma de saber. (FERREIRA, 2000, p. 172).

Cidadania e gestão são, nesse sentido, processos, ou seja, aquilo que se constrói no cotidiano escolar.

A conquista da cidadania (...) representa o ponto de partida para um processo mais elevado (...). (MOCHCOVITCH, 2004, P. 65).

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AQUINO, R. et al. **História das Sociedades: das sociedades modernas às sociedades atuais** 37ª ed – Rio de Janeiro : Record, 1999, p.177).

Arquivo Público do Distrito Federal. Planaltina: um referenciamento de fontes. Brasília : ArPDF, 1999.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2010.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. Brasília: UnB, 2009.

BORDENAVE, Juan E. Díaz. **O que é Participação**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BRASIL. **Decreto nº 4.494, de 18 de janeiro de 1922**. Determina o assentamento da Pedra Fundamental.

BRASIL. **Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006**. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.

BRASIL. **Decreto nº 53.558, de 13 de fevereiro de 1964**. Altera a denominação de Escola de Iniciação Agrícola, agrícolas e agrotécnicas.

BRASIL. **Decreto nº 6.095, de 24 de abril de 2007**. Estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFET, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica.

BRASIL. **Decreto nº 60.731, de 19 de maio de 1967**. Transfere para o Ministério da Educação e Cultura os Órgãos de Ensino do Ministério da Agricultura e dá outras Providências.

BRASIL. **Decreto nº 456, de 21 de outubro de 1965**. Regulamenta o sistema de administração regional do Distrito Federal e estabelece sua numeração.

BRASIL. **Decreto nº 82.711, de 23 de novembro de 1978**. Dispõe sobre a transferência do Colégio Agrícola de Brasília para o Distrito Federal e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960**. Dispõe sobre a organização administrativa do Distrito Federal.

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. **Parecer CNE/CEB nº 15, de 1 de junho de 1998**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

BRASIL. **Parecer CNE/CEB nº 39/2004**. Aplicação do decreto nº 5.154 na Educação Profissional Técnica de Nível Médio e no Ensino Médio.

BRASIL. **Termo de Cooperação Técnica nº 001/2007** – DOU nº 239, Seção 3, de 13 de dezembro de 2007. Compromisso dos partícipes (MEC/GDF), por meio de mútua e ampla cooperação, em implementar ações somando e convergindo esforços, mobilizando recursos, agentes e trabalhos, com vistas à implantação da Unidade de Ensino de Planaltina – DF, vinculada à ETF, mediante incorporação do atual CEP/CAB, unidade integrante da estrutura da SEE-DF, nos termos delineados no Projeto Básico que acompanha este Termo de Cooperação Técnica.

BRASIL. **Termo de Cooperação Técnica nº 001/2008** – DOU nº 10, Seção 3, de 15 de janeiro de 2008. Termo de cooperação técnica que celebram entre si a Escola Técnica Federal de Brasília e o Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal para o compromisso dos partícipes, por meio de mútua e ampla colaboração, em dar continuidade aos atos de implementação da ETF de Brasília, Unidade Agrotécnica de Planaltina, no tocante ao quadro de pessoal docente e técnico administrativo vinculado à Secretaria de Educação do Distrito Federal, que permanece atuando em Planaltina.

BRASIL. **Constituição Federal**, 1988.

BRASIL. **Lei nº 11.534, de 25 de outubro de 2007**. Dispõe sobre a criação de Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL. **Lei nº 8.670, de 30 de junho de 1993**. Dispõe sobre a criação de escolas técnicas e agropecuárias federais, e dá outras providências.

BRASIL. **Portaria Ministerial nº 389, de 22 de junho de 1976**. Criação do Curso Técnico em Economia Doméstica.

BRASIL?. **Lei nº 451, de 14 de julho de 1917**. Dispõe sobre a nova denominação para Altamir que passa a ser “Planaltina”.

CARVALHO, Elma Júlia Gonçalves. **Gestão Escolar**. Maringá, PR : Universidade Estadual de Maringá, 2008.

CORREA, Bianca Cristina & GARCIA, Teise Oliveira (Orgs). **Políticas Educacionais e Organização do Trabalho na Escola**. São Paulo: Xamã, 2008.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **O que é Participação Política**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

DEMO, Pedro. **Participação é Conquista**. São Paulo: Cortez, 2009.

FERREIRA, Aurélio Brarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro : Noca Fronteira, 1986

FERREIRA, Naura Syria Carapeto Ferreira, **Gestão Democrática da Educação para uma formação humana: conceitos e possibilidades**. **Em aberto**, Brasília, v. 17, n. 72, fev./jun.2000.

FRIGOTTO, Gaudêncio e CIAVATTA, Maria.(Orgs.). **Ensino Médio. Ciência, Cultura e Trabalho**. Brasília : MEC, SEMTEC, 2004.

GDF. **Decreto nº 5.506, de 26 de dezembro de 1978**. O CAB é incorporado à Rede de Ensino Oficial do DF.

GDF. **Lei Complementar nº 630, de 29 de julho de 2002**. Transforma a área que integra o CEP/CAB em Parque Ambiental.

GDF. **Lei nº 1.648, de 16 de setembro de 1997**. Dispõe sobre as Regiões administrativas do Distrito Federal. Aprova a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal – PDOT e dá outras providências.

GDF. **Lei nº 3.153, de 06 de maio de 2003**. Cria as Regiões Administrativas que especifica e dá outras providências.

GDF. **Lei nº 4.545, de 10 de dezembro 1964**. Dispõe sobre a reestruturação administrativa do Distrito Federal, e dá outras providências.

GDF. **Lei nº 49, de 25 de outubro de 1989**. Alterou a estrutura da Administração do Distrito Federal, bem como alterou de oito para doze as Regiões Administrativas.

KUBITSCHECK, Juscelino. **Por que construí Brasília**. Senado federal, Conselho Editorial, 2000.

LEBRAN, Gérard. **O que é Poder**. São Paulo : Abril Cultural : Brasiliense, 1984.

LÜCK, Heloísa. Espaço Aberto (apresentação). **Em aberto**. Brasília, v. 17, n. 72, 2000.

LÜCK, Heloísa. **A Gestão Participativa na Escola**. Petrópolis,RJ; Vozes, 2010.

MARTINS, Heloísa Helena. Metodologia Qualitativa da Pesquisa. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v.30, n.2, p. 289-300, maio/ago.2004.

MOCHCOVITCH, Luna Galano. **Gramsci e a escola**. São Paulo : Ática, 2004.

NOSELLA, Paolo. **A Escola de Gramsci**. São Paulo: Cortez, 2004.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Gestão Democrática da Educação: desafios contemporâneos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

PARO, Vitor Henrique. **Administração Escolar: Introdução Crítica**. São Paulo: Cortez : Autores Associados, 1986.

PARO, Vitor Henrique. **Educação como Exercício do Poder. Crítica ao senso comum em educação**. São Paulo: Cortez, 2008a.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão Democrática da Escola Pública**. São Paulo : Ática. 2008b.

Portaria nº 002, de 09 de junho de 2008/ETF. Nomeia o Diretor de Relações Institucionais, Marcelo Silva Leite, para responder interinamente pela Direção da UnED Planaltina.

Portaria nº 003, de 12 de janeiro de 2004. Credencia as instituições educacionais, em funcionamento, mantidas pelo Poder Público do DF.

Portaria nº 1.203, de 12 de dezembro de 2007/MEC. Nomeia Francisco Moreira de Meneses para exercer o cargo de Diretor-Geral da Escola Técnica Federal de Brasília - DOU nº 239, de 13/12/2007, Seção 2, p.7.

Portaria nº 102, de 17 de março de 2008. Nomeia para o Quadro de Pessoal da Escola Técnica Federal de Brasília os candidatos aprovados em concurso público, homologado através do Edital nº 023/2007, publicado no DOU de 06/03/2008.

Portaria nº 103, de 17 de março de 2008. Nomeia para o Quadro de Pessoal da Escola Técnica Federal de Brasília, no cargo de professor de 1º e 2º graus, os candidatos aprovados em concurso público, homologado através do Edital nº 023/2007, publicado no DOU de 06/03/2008.

Portaria nº 129, de 18 de julho de 2000. O CAB passa a se denominar CEP/CAB.

Portaria nº 17, de 7 de julho de 1980. Reconhecimento de incorporação do CAB à Rede de Ensino Oficial do DF.

Portaria nº 173, de 29 de abril de 2008/CEFET-GO. Nomeia Ivan Antonio de Freitas, Diretor da Unidade de Ensino Descentralizada de Planaltina da Escola Técnica Federal de Brasília.

Portaria nº 203, de 7 de fevereiro de 2008. Aprova o Regimento Interno da Escola Técnica Federal de Brasília.

Portaria nº 233, de 28 de maio de 2008/CEFET-GO. Exonera, a pedido, Ivan Antônio de Freitas, do Cargo de Diretor da Unidade de Ensino Descentralizada de Planaltina da Escola Técnica Federal de Brasília.

Portaria nº 356, de 30 de julho de 2008/ETF. Nomeia Marcelo Silva Leite, Diretor da UnED Planaltina.

Portaria nº 365, de 14 de março de 2008. Autoriza a Escola Técnica Federal de Brasília a promover o funcionamento de sua UnED de Planaltina-DF.

Portaria nº 397, de 16 de agosto de 2007/CEFET-GO. Nomeia Ivan Antônio de Freitas para exercer o cargo de Diretor de Unidade de Ensino, Código CD-3, com a incumbência de adotar as medidas necessárias com vistas à implantação da Unidade de Ensino Descentralizada de Planaltina-DF, UORG 118.

Portaria nº 44, de 31 de março de 2009/IFB. Institui a Comissão de Elaboração do PDI.

Portaria Ministerial nº 389, de 22 de junho de 1976. Transforma a Escola de Economia Rural em Curso Técnico de Economia Doméstica.

Portaria Normativa nº 28, de 13 de julho de 2007. O Ministro de Estado da Educação, Interino, (...) resolve atribuir ao Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás, encargo de adotar as medidas necessárias à implantação da Escola Técnica Federal de Brasília.

Ruas de Planaltina: Inventário do Patrimônio Cultural de Planaltina. Brasília : Departamento do patrimônio Histórico e Artístico do DF. 1998.

SOARES, Rosemary Dore. **Gramsci, o Estado e a Escola.** Ijuí, RS: Ed.Unijuí, 2000.

6 ANEXOS

Anexo A

Museu Histórico e Artístico de Planaltina



Museu Histórico e Artístico de Planaltina, em 22/12/2009.

Anexo B

Jornal Correio Braziliense, de 27 de novembro de 2005

12 • Brasília, domingo, 27 de novembro de 2005 • CORREIO BRASILIENSE

BRASIL

EDUCAÇÃO

Governo Lula quer negociar com Roriz a cessão da administração da escola técnica em Planaltina, que era federal até 1978. Será a primeira instituição profissionalizante bancada pela União no Distrito Federal

Colégio Agrícola vai para o MEC

EDUARDO KLINEL
DE EQUIPE DO CORREIO

O Distrito Federal pode ganhar uma escola técnica federal ainda durante o governo Luiz Inácio Lula da Silva, cujo mandato se encerra em 2006. A ideia de Elizeir Pacheco, secretário de Educação Profissional e Tecnológica, órgão do Ministério da Educação (MEC), é negociar com o governador Joaquim Roriz, para que a Secretaria de Educação do DF promova a cessão do Colégio Agrícola de Brasília, que funciona em Planaltina. Abrir uma instituição nova seria inviável porque dependeria de autorização do Congresso Nacional, por meio da aprovação de um projeto de lei. "Abrir um colégio federal é como abrir uma autarquia, depende da concordância dos parlamentares", explica Pacheco.

A criação de uma Escola Agrícola Federal (EAF) não exigiria nenhuma política para ser aprovada pela Câmara e pelo Senado. É difícil imaginar que al-

Na prática, o colégio agrícola será devolvido ao governo federal. Há 30 anos, a instituição era

dial da cachaça. Para se ter uma ideia, a Havana/Anísio Sarraginha, produzida no município, conta de

superior de Cachaça começou em agosto, com 30 alunos. Amadora, de filhos de alambicadores,

mas boa para a economia da cidade", argumenta o professor. De acordo com o secretário de

ção do GDF para o MEC, o de de volta para o governo local nos próximos dois anos.

Fonte: Elizeir Pacheco/CE/DF



Instalado em Planaltina desde 1963, Colégio Agrícola de Brasília pode voltar a ser administrado pelo MEC, segundo o secretário de Educação Profissional, Elizeir Pacheco



Anexo C

Portaria Normativa nº 28/2007

Diário Oficial da União - Seção 1

Nº 135, segunda-feira, 16 de julho de 2007



22

ISSN 1677-7042

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA NORMATIVA Nº 28, DE 13 DE JULHO DE 2007

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, INTERINO, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o contido no Processo nº 23000.016794/2007-11 e as ações em curso no âmbito do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, resolve:

Art. 1º Atribuir ao Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás o encargo de adotar as medidas necessárias à implantação da Escola Técnica Federal de Brasília - DF.

Art. 2º O disposto no artigo anterior inclui:

I - propor à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica a relação de cursos de educação profissional a serem oferecidos à comunidade, em consonância com as necessidades socioeconômicas do âmbito local e regional, e as diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional de nível técnico, assim como as orientações do Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia;

II - providenciar, junto aos órgãos competentes, a inscrição da Escola Técnica Federal de Brasília no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, no Sistema Integrado de Administração de Pessoal - SIAPE, Sistema Integrado de Dados Orçamentários - SIDOR, Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG, e nos demais sistemas de utilização obrigatória pela Administração Federal;

III - ativar e gerir a Unidade Gestora da Escola Técnica Federal de Brasília;

IV - praticar os atos inerentes à execução orçamentária e financeira da Escola Técnica Federal de Brasília;

V - providenciar, na forma da lei, a aquisição de mobiliário, veículos, equipamentos e acervo bibliográfico destinados às salas de aulas, laboratórios, dependências administrativas, unidades de serviços de apoio ao educando e demais ambientes da Instituição;

VI - providenciar, na forma da lei, a contratação dos serviços necessários à adaptação de instalações, limpeza, conservação e vigilância dos bens móveis e imóveis da Escola Técnica Federal de Brasília;

VII - organizar os concursos públicos que venham ser autorizados para o provimento do quadro de pessoal efetivo da Escola Técnica Federal de Brasília, e praticar os atos necessários à investidura dos servidores aprovados;

VIII - gerir os contratos celebrados em cumprimento ao disposto neste artigo até a posse da direção da Escola Técnica Federal de Brasília;

IX - elaborar, em conjunto com a Direção-Geral Pro Tempore da Escola Técnica Federal de Brasília, o Regimento Interno da nova instituição e submetê-lo à aprovação do Ministério da Educação.

Art. 3º Para a execução das atividades previstas no artigo anterior no exercício de 2007 serão utilizados os recursos provenientes da dotação orçamentária consignada na ação 12.363.1062.11110.0001 - Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica - Nacional, mediante aprovação pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do plano de trabalho específico, elaborado pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás.

Art. 4º Fica redistribuído, do Ministério da Educação para o Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás, 01 (um) Cargo de Direção, código CD-3, dentre os criados pela Lei 11.352, de 11 de outubro de 2006.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Lucy Mendonça Dalm FERNANDES

Anexo D

Roteiro das Entrevistas – Modelo

a) Para os servidores da SEE-DF



Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Instituto de Agronomia
Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola

Aluna: Abiana Campos Mendes
Orientadora: Prof^a Dra. Suemy Yukizaki

Entrevista

Introdução:

Este trabalho pretende analisar a gestão escolar do IFB, no *Campus Planaltina*, do mês de julho de 2007 até o mês de julho de 2009.

(Para servidores que já atuavam na escola em julho de 2007)

Nome: _____

Servidor: () da Rede Federal () da SEE-DF, nesta escola desde: ___/___/___

Função/Cargo: _____

Sobre a “federalização” – mudança de esfera administrativa e sobre a participação dos servidores neste processo posso dizer o seguinte: _____

Roteiro:

- De que maneira você e a escola ficaram sabendo da questão da “federalização” do CEP-CAB?
- Como esse fato foi tratado pela comunidade acadêmica? Houve alguma reunião promovida por gestores (ou outros) com a comunidade acadêmica para tratar desse assunto?
- Quando o diretor indicado pelo MEC/CEFET GO chegou no CEP-CAB como ele foi recebido pela comunidade acadêmica?
- Como foi, concretamente, ter uma escola com dois diretores?
- Houve participação da comunidade acadêmica na gestão da instituição nesse período?
- Que mudanças puderam ser vistas na escola durante esse período? Houve mudanças?
- Como se deu a saída do diretor da SEE-DF da escola?
- Como foi recebida pela comunidade acadêmica a notícia da criação da ETF/BsB, em outubro de 2007?
- Houve reuniões para discussão sobre a nova administração com os servidores da SEE-DF e com o corpo discente?
- Qual o impacto que houve para a comunidade planaltinense a mudança de nome da escola? Houve impacto ou isso foi tratado naturalmente?
- Em 7 de fevereiro de 2008, o Regimento Interno da ETF/BsB foi aprovado. Qual foi a participação da comunidade acadêmica na construção desse documento? E a sua participação, especificamente, qual foi?
- Que tipo de sentimento causou em você – e na escola, ao seu modo de ver, a chegada dos novos servidores da Rede Federal, em abril de 2008?
- Como se deu o relacionamento SEE-DF e Rede Federal?
- Com o pedido de exoneração do diretor da UnED Planaltina, o então diretor-geral da ETF/BSB designa seu diretor de Relações Institucionais para assumir o cargo. Como você analisa essa questão e a gestão desse diretor?

- Com a criação dos Institutos Federais, em dezembro de 2008, a escola novamente muda de nome e de gestão. O diretor-geral da ETF/BsB não foi nomeado reitor, como era esperado. Para o cargo de reitor do IFB, o MEC nomeou um servidor paulista. De que maneira você analisa esse fato?
- Qual sua participação na construção do estatuto do IFB e do PDI? E na (re)construção das matrizes curriculares?
- Até hoje (julho de 2009) não houve eleição para cargos no *Campus* Planaltina. Isso incomoda você?
- O que mais você gostaria de dizer/acrescentar?

b) Para os servidores da RFEPT



Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
 Instituto de Agronomia
 Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola

Aluna: Abiana Campos Mendes
 Orientadora: Prof^a Dra. Suemy Yukizaki

Entrevista

Introdução:

Este trabalho pretende analisar a gestão escolar do IFB, no *Campus* Planaltina, do mês de julho de 2007 até o mês de julho de 2009.

(Para servidores da Rede Federal que tomaram posse a partir de abril de 2008)

Nome: _____

Servidor desde ____/____/2008

Função/Cargo: _____

Sobre a chegada na ETF/BsB em transição de esfera administrativa e a participação dos servidores neste processo posso dizer o seguinte: _____

Roteiro:

- Como é chegar numa escola antiga – de quase 50 anos de história, e saber que esta escola da qual agora você faz parte foi criada em outubro de 2007 como ETF/BsB?
- Como foi chegar numa escola em pleno funcionamento e buscar seu lugar?
- De que maneira os gestores apresentaram a escola (aspecto físico, visto que é uma fazenda de mais de dois mil hectares), o corpo discente, os colegas da SEE-DF, seu funcionamento?
- Quando você ingressou na escola, ela já possuía um regimento Interno? De que maneira esse documento foi apresentado a você? Você e seus colegas da Rede Federal solicitaram reunião para rever este documento?
- De que maneira você analisa a relação SEE-DF e Rede Federal?
- Com o pedido de exoneração do diretor da UnED Planaltina, o então diretor-geral da ETF/BSB designa seu diretor de Relações Institucionais para assumir o cargo. Como você analisa essa questão e a gestão desse diretor?
- Com a criação dos Institutos Federais, em dezembro de 2008, a escola muda de nome e de gestão. O diretor-geral da ETF/BsB não foi nomeado reitor, como era esperado. Para o cargo de reitor do IFB, o MEC nomeou um servidor paulista. De que maneira você analisa esse fato?
- Qual sua participação na construção do estatuto do IFB e do PDI? E na (re)construção das matrizes curriculares?
- Até hoje (julho de 2009) não houve eleição para cargos no *Campus* Planaltina. Isso incomoda você?
- O que mais você gostaria de dizer/acrescentar?

c) Para o corpo discente



Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Instituto de Agronomia
Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola

Aluna: Abiana Campos Mendes

Orientadora: Profª Dra. Suemy Yukizaki

Entrevista

Introdução:

Este trabalho pretende analisar a gestão escolar do IFB, no *Campus* Planaltina, do mês de julho de 2007 até o mês de julho de 2009.

(Para o corpo discente)

Nome: _____

Eu fui aluno (a) do Curso de ____ em _____. Ingressei em _____ concluí em _____.

Sobre a “federalização” – mudança de esfera administrativa e sobre a participação dos estudantes nesse processo posso dizer o seguinte: _____

Roteiro:

- Primeiramente, apresente a escola: seu curso, seus professores, etc.
- Como foi a chegada do diretor nomeado pelo MEC/CEFET GO. Como você e seus colegas foram apresentados a ele?
- Com foi ter dois diretores numa escola?
- Como você e seus colegas estudantes reagiram quando da criação da ETF/BsB, em outubro de 2007? (Caso você já estivesse aqui).
- Com a saída do diretor da SEE-DF quais as mudanças observadas por você na gestão da escola? Houve mudanças?
- Como você se sentiu ao mudar de uniforme? Houve concurso ou algo semelhante para a escola da logomarca da ETF/BsB?
- Em abril de 2008, novos professores ingressaram na escola, todos da Rede Federal. Como vocês foram apresentados a eles?
- Você participou de alguma reunião para a construção do Regimento Interno da escola? (caso você já estivesse aqui). Como você conheceu o Regimento Interno da escola?
- Você e/ou sua família foram convidados a participar de alguma reunião de gestão da escola?
- Como você analisa a criação do IFB sob o ponto de vista de nova mudança de uniforme e de documentos legais?
- Você foi informado e/ou participou do processo de construção do estatuto e/ou do PDI do IFB? E da (re)construção das matrizes curriculares?
- Faça uma análise (sob o ponto de vista que quiser) dos professores da SEE-DF e os da Rede Federal.
- Até hoje (julho de 2009) não houve eleição para cargos no *Campus* Planaltina. Isso incomoda você?
- O que mais você gostaria de dizer/acrescentar?

CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA

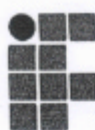
MATRIZ CURRICULAR 2009-2

PLANO DE ADAPTAÇÃO – 2009-2 - TURMAS INGRESSANTES EM 2008-1

MODALIDADE DE ENSINO: INTEGRADO

Turmas de Referência: ZAPA - 2009-2

DISCIPLINAS CURSADAS NA MATRIZ 2008 REGIME ANUAL	CHA	DISCIPLINAS PREVISTAS NA MATRIZ 2010 REGIME ANUAL	CHS			SITUAÇÃO DA DISCIPLINA	
			1º Ano	2º Ano	3º Ano	ADAPTAÇÃO	SEM./ANO
Língua Portuguesa	160	Língua Portuguesa	160	-	-	CURSADA	2008
Educação Física	80	Educação Física	80	-	-	CURSADA	2008
Arte	-	Arte	80	-	-	NÃO CURSADA	CURSAR 2009-2
Matemática	120	Matemática	160	-	-	CURSADA	DISCIPLINA EQUIVALENTE
Física	80	Física	80	-	-	CURSADA	2008
Química	80	Química	80	-	-	CURSADA	2008
Biologia	80	Biologia	80	-	-	CURSADA	2008
História	80	História	80	-	-	CURSADA	2008
Geografia	-	Geografia	80	-	-	NÃO CURSADA	CURSAR 2009-2
Filosofia/Sociologia	40	Filosofia e Sociologia	40	-	-	CURSADA	2008
L. Estrangeira Mod. (Inglês)	80	LEM Inglês/Espanhol	80	-	-	CURSADA	2008
Agroecologia	40	Agroecologia e Gestão Ambiental	80	-	-	PARCIALMENTE CURSADA	CURSAR 40h em 2009-2 de Gestão Ambiental
Anatomia, Fisiologia e Saúde Animal	80	Anatomia, Fisiologia e Sanidade Animal	-	80	-	CURSADA	2008
Ciência do Solo	80	Ciência do Solo I	80	-	-	CURSADA	2008
Criação de Animais de Pequeno Porte	240	Zootecnia I (Equideocultura, Cunicultura, Apicultura e Piscicultura)	120	-	-	PARCIALMENTE CURSADA	CURSAR 40h em 2009-2 de Equideocultura
		Zootecnia II (Avicultura e Suinocultura)	-	-	120	PARCIALMENTE CURSADA	CURSAR 40h em 2010 de Suinocultura
		Zootecnia III (Bovideocultura, Caprinocultura e Ovinocultura)	-	-	160	NÃO CURSADA	CURSAR em 2010
Jardinagem e Produção de Mudanças	160	Floricultura, Jardinagem e Paisagismo	80	-	-	CURSADA	2008
Olericultura	200	Horticultura (Fruticultura e Olericultura)	-	-	200	PARCIALMENTE CURSADA	CURSAR 80h em 2010 de Fruticultura
DISCIPLINAS CURSADAS EM 2009-1 (2º ANO) REGIME SEMESTRAL							
Introdução à Produção Animal	60	Nutrição Animal e Forragicultura	80	-	-	CURSADA	DISCIPLINA EQUIVALENTE
Manejo de Pragas, Doenças e Plantas Daninhas	80	Manejo de Pragas, Doenças e Plantas Daninhas	-	80	-	CURSADA	2009-1
Desenho, Construções Rurais	60	Desenho, Construções Rurais e Topografia	-	120	-	PARCIALMENTE CURSADA	CURSAR 40h em 2009-2 de Topografia



MATRIZES CURRICULARES 2008-2009
Modalidades de Ensino: Integrado e Subsequente
AGROPECUÁRIA/AGROINDÚSTRIA/GUIA DE TURISMO

Máquinas e Mecanização Agrícola	60	Máquinas e Mecanização Agrícola	-	80	-	CURSADA	DISCIPLINA EQUIVALENTE
DISCIPLINAS PREVISTAS NO 1º ANO A CURSAR NO 2º ANO – 2009-2							
Mundo do Trabalho e Vocação Regional			80	-	-	NÃO CURSADA	CURSAR NO 2009-2
Informática Instrumental			40	-	-	NÃO CURSADA	CURSAR NO 2009-2
Bioclimatologia			40	-	-	NÃO CURSADA	CURSAR NO 2009-2
DISCIPLINAS PREVISTAS NO 2º ANO A CURSAR EM 2010							
Administração e Planejamento Rural			-	80	-	NÃO CURSADA	CURSAR em 2010
Ciência do Solo II			-	80	-	NÃO CURSADA	CURSAR em 2010
Silvicultura			-	80	-	NÃO CURSADA	CURSAR em 2010
Irrigação			-	80	-	NÃO CURSADA	CURSAR em 2010
DISCIPLINAS PREVISTAS NO 2º ANO A CURSAR EM 2010							
Cooperativismo, Associativismo e Extensão Rural			-	-	80	NÃO CURSADA	CURSAR em 2010
Horticultura (Fruticultura e Olericultura)			-	-	200	NÃO CURSADA	CURSAR em 2010
Grandes Culturas			-	-	120	NÃO CURSADA	CURSAR em 2010
Zootecnia II (Avicultura e Suinocultura)			-	-	120	NÃO CURSADA	CURSAR em 2010
Zootecnia III (Bovideocultura, Caprinocultura e Ovinocultura)			-	-	160	NÃO CURSADA	CURSAR em 2010

DISCIPLINAS A SEREM CURSADAS NO 3º ANO PARA A INTEGRALIZAÇÃO NA MATRIZ DE 2010

Língua Portuguesa	160	08
Educação Física	40	02
Arte	40	02
Matemática	160	08
Física	80	04
Química	80	04
Biologia	80	04
História	80	04
Geografia	80	04
Filosofia/Sociologia	40	02
LEM: Inglês	80	04
Cooperativismo	80	04
Fruticultura (Horticultura)	40	02
Grandes Culturas	120	06
Suinocultura (Zootecnia II)	40	02
Zootecnia III	160	08
Administração e Planejamento	80	04
Ciência do Solo II	80	04
Silvicultura	80	04
Irrigação	80	04



CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA
MATRIZ CURRICULAR 2009-2

MODALIDADE DE ENSINO: INTEGRADO
Turmas de Referência: 1APA/1APB/1APC/2APA - 2009-2

Área de Conhecimento		Carga Horária anual			C/H Total	
		1ª Série	2ª Série	3ª Série		
Base Nacional Comum	Linguagens, Códigos e Suas Tecnologias	Língua Portuguesa	160	160	160	480
		Educação Física	80	80	80	240
		Arte	80	80	80	240
	Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias	Matemática	160	160	160	480
		Física	80	80	80	240
		Química	80	80	80	240
		Biologia	80	80	80	240
	Ciências Humanas e suas Tecnologias	História	80	80	80	240
		Geografia	80	80	80	240
		Filosofia e Sociologia	40	40	40	120
	Subtotal		920	920	920	2760
	Formação Específica	Informática Instrumental	40	-	-	40
Ciência do Solo I		80	-	-	80	
Mundo do Trabalho e Vocação Regional		80	-	-	80	
Nutrição Animal e Forragicultura		80	-	-	80	
Zootecnia I (Equideocultura, Cunicultura, Apicultura e Piscicultura)		120	-	-	120	
Agroecologia e Gestão Ambiental		80	-	-	80	
Bioclimatologia		40	-	-	40	
Floricultura, Jardinagem e Paisagismo		80	-	-	80	
Administração e Planejamento Rural		-	80	-	80	
Ciência do Solo II		-	80	-	80	
Silvicultura		-	80	-	80	
Manejo de Pragas, Doenças e Plantas Daninhas		-	80	-	80	
Máquinas e Mecanização Agrícola		-	80	-	80	
Anatomia, Fisiologia e Sanidade Animal		-	80	-	80	
Desenho, Construções Rurais e Topografia		-	120	-	120	
Irrigação		-	80	-	80	
Cooperativismo, Associativismo e Extensão Rural		-	-	80	80	
Horticultura (Fruticultura e Olericultura)		-	-	200	200	
Grandes Culturas		-	-	120	120	
Zootecnia II (Avicultura e Suinocultura)		-	-	120	120	
Zootecnia III (Bovideocultura, Caprinocultura e Ovinocultura)		-	-	160	160	
Subtotal		600	680	680	1960	
Parte Diversificada		Língua Estrangeira Moderna: Inglês	80	80	-	160
	Língua Estrangeira Moderna: Espanhol	-	-	80	80	
	Subtotal	80	80	80	240	
Carga Horária Total do Curso por Ano		1600	1680	1680	4960	
Estágio Supervisionado					160h	
Carga Horária Total do Curso em hora/relógio (60 minutos) sem o Estágio					4.133h27	
Carga Horária Total do Curso em hora/relógio (60 minutos) com o Estágio					4.266h55	

CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA
MATRIZ CURRICULAR 2009-2
PLANO DE ADAPTAÇÃO – 2009-2 – TURMAS INGRESSANTES EM 2009-1

MODALIDADE DE ENSINO: INTEGRADO

Turmas de Referência: 1APA/1APB/1APC - 2009-2

MATRIZ 2009-1 REGIME SEMESTRAL	CHS		MATRIZ 2009-2 REGIME ANUAL	CHA	SITUAÇÃO DA DISCIPLINA
	I	II			
Língua Portuguesa	60	-	Língua Portuguesa	160	Cumprir os 50% restantes da carga no 2/2009.
Literatura	40	-	-	-	
Educação Física	40	-	Educação Física	80	
Língua Estrangeira Moderna: Inglês	40	-	Língua Estrangeira Moderna: Inglês	80	
Artes	40	-	Arte	80	
Matemática	80	-	Matemática	160	
Física	40	-	Física	80	
Química	40	-	Química	80	
Biologia	40	-	Biologia	80	
História	40	-	História	80	
Geografia	40	-	Geografia	80	Cursar integralmente estas disciplinas no 2/2009
-	-	-	Filosofia	40	
-	-	-	Sociologia	40	

Agroecologia e Gestão Ambiental	60	-	Agroecologia e Gestão Ambiental	80	Disciplinas consideradas equivalentes sem necessidade de complementação
Introdução à Produção Animal	60	-	Nutrição Animal e Forragicultura	80	Disciplinas consideradas equivalentes sem necessidade de complementação
Manejo de Pragas, Doenças e Plantas Daninhas	80	-	DISCIPLINA DO 2º ANO JÁ CURSADA	80	-
Informática Instrumental	40	-	DISCIPLINA DO 1º ANO JÁ CURSADA	40	-
Desenho e Construções Rurais	60	-	DISCIPLINA DO 2º ANO PARCIALMENTE CURSADA	-	Falta 60h/a de Topografia que serão cursadas no 2009-2.
			Ciência do Solo I	80	Cursar no 2009-2
			Zootecnia I (Equideocultura, Cunicultura, Apicultura e Piscicultura)	120	Cursar no 2009-2
			Floricultura, Jardinagem e Paisagismo	80	Cursar no 2009-2
			Bioclimatologia	40	Cursar no 2010-1
			Mundo do Trabalho e Vocação Regional	-	Será cursada no 2º Ano no lugar de Manejo de pragas e plantas daninhas.

Anexo G

Documento encaminhado por servidores do CEP-CAB ao Secretário da SETEC/MEC

Brasília-DF, 7 de maio de 2007.

Ilustríssimo Senhor Secretário de Educação Profissional e Tecnológica do MEC
Dr. Eliezer Moreira Pacheco

Nós servidores docentes e administrativos da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEE-DF), em exercício no Centro de Educação Profissional-Colégio Agrícola de Brasília (CEP-CAB). Aguardamos esperançosos que as negociações da União com o GDF no intuito da transferência deste CEP-CAB ao MEC ocorra a contento, e que em breve esta instituição volte a ser referência nacional.

Sempre fomos conhecedores das potencialidades deste CEP-CAB, e colocamos o nosso trabalho, com afinco, dedicação e carinho para que este potencial se realizasse, no entanto a falta de recursos e problemas de gestão impediram que ele fosse alcançado em sua plenitude.

Muitos de nós temos décadas de serviços prestados a esta instituição, o que resulta de um laço profissional, emocional e afetivo bastante forte, e que em virtude de especulações, boatos e fatos, relativos à transferência do CEP-CAB para o MEC, nós servidores ficamos ansiosos e temerosos diante de nossos destinos.

Visando poder continuar dedicando ao CEP-CAB os nossos serviços, conhecimentos e experiências, manifestamos e declaramos, nosso desejo e interesse de continuar exercendo nossas atividades nesta respeitada instituição.

Para tanto, solicitamos de Vossa Senhoria, a gentileza de verificar a possibilidade de ajudar em contemplar nosso pleito, viabilizando junto a SEE-DF, através de instrumento legal, a nossa permanência neste estabelecimento de educação profissional.

Contando com sua especial atenção, antecipamos nossos agradecimentos.

Anexo H

Documento sobre a federalização do CEP-CAB de deputado distrital



Colégio Agrícola de Brasília

Líder do PT defende a federalização como forma de desenvolver e fortalecer a instituição

Brasília-DF, 9/5/2007. A federalização do Colégio Agrícola é uma luta antiga de Brasília que deverá ser concretizada no Plano de Desenvolvimento da Educação do Governo Lula. O PAC da Educação, como tem sido chamado o plano, prevê um conjunto de medidas para expandir a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

O deputado distrital **Chico Leite**, líder do PT na Câmara Legislativa, defende que "a federalização do Colégio Agrícola de Brasília resultará no incremento do número de vagas ofertadas bem como na diversificação dos cursos ministrados". Por isso, propôs a realização de uma Audiência Pública para debater o tema com a comunidade acadêmica e especialistas do Ministério da Educação (MEC). O evento será realizado amanhã, às 10 horas, no próprio Colégio Agrícola, que fica situado em Planaltina.

Para que o processo tenha início, é preciso que seja concluída a tramitação, na Câmara Federal, do PL 7.268/2006, de autoria do Poder Executivo. Depois disso, as tratativas entre Governo Federal e Distrital deverão ser formalizados por meio de decretos.

Numa segunda fase do plano de expansão, Brasília deverá ser contemplada ainda com a criação de escolas técnicas no Gama, Samambaia e em Taguatinga.

Anexo I

Documento encaminhado por servidores do CEP-CAB ao Secretário da SEE-DF

Brasília-DF, 11 de outubro de 2007

Ilustríssimo Senhor Secretário de Estado de Educação do Distrito Federal
Dr. José Luiz da Silva Valente

Nós servidores administrativos e docentes da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEE-DF), em exercício no Centro de Educação Profissional-Colégio Agrícola de Brasília (CEP-CAB), desde o início de 2007 aguardamos esperançosos que as negociações do GDF com União no intuito da transferência deste CEP-CAB ao MEC ocorra a contento. Nos parece que este processo está finalizando, pois o Projeto de Lei (PL) 7268/2006 que cria a Escola Técnica Federal de Brasília já tramitou no Congresso Nacional e está preste a ser sancionado pelo Presidente da República.

Muitos de nós temos décadas de serviços prestados a esta instituição, o que resulta de um laço profissional, emocional e afetivo bastante forte, e que em virtude de especulações, boatos e fatos, relativos à transferência do CEP-CAB para o MEC, nós servidores ficamos ansiosos e temerosos diante de nossos destinos. Pois em virtude de mudanças administrativas ou mesmo de gestores na SEE-DF, a impressão que temos é que a situação dos servidores administrativos e docentes não está sendo tratada com a devida importância ou mesmo foi esquecida. As mudanças são iminentes e no entanto a SEE-DF até o momento não apresentou proposta de instrumento legal que permita que os servidores continuem prestando serviço a esta instituição, ou mesmo que possa escolher a Regional de Ensino a qual se vinculará.

Os servidores administrativos e docentes gostariam de tomar conhecimento, participar da elaboração dos termos do documento de Convênio de Cessão, para poder continuar dedicando ao CEP-CAB os seus serviços, conhecimentos e experiências; e ainda, os que optarem em se desligar do Colégio Agrícola, que tenham preservadas as prerrogativas de escolha da unidade educacional a qual se vinculará.

Solicitamos de Vossa Senhoria uma audiência para que possamos entender em que condições estão sendo realizadas essas negociações e como se formalizará legalmente.

Atenciosamente,

SERVIDORES ADMINISTRATIVOS E DOCENTES DO CEP-COLÉGIO AGRÍCOLA DE BRASÍLIA